



CALENDÁRIO INSURRE CIONA 2025



em campo
a tratar da
Liberd(a)de



OUTRAGE.

Fellow Citizens,

AN

ABOLITIONIST,

of the most revolting character is among you, exciting the feelings of the North against the South. A seditious Lecture is to be delivered

THIS EVENING,

at 7 o'clock, at the Presbyterian Church in Cannon-street.

You are requested to attend and unite in silencing him.



**"Ilmos Senhores delegado e
Comandante do Destacamento de Viana**

**Comunico a Vossas Senhorias que
nos achamos em campo a tratar da
Liberdade dos Cativos, pois há muito
esperamos por ela, e como o nosso
desejo é para com todos e não fazer
mal a ninguém esperamos por ela em
Santo Ignácio e quando não apareça
até o dia 15 do mês vindouro não
teremos remédio senão lançarmos mão
nas armas e lá irmos podendo Vossas
Senhorias contarem que temos 1000
armas de fogo e contamos com todos
os arcos dos gentios em nossa defesa
e da liberdade [...]"**

Em nossa defesa e da liberdade, este Calendário está em campo pela quinta vez. O título desta edição vem de uma carta escrita em Viana, no Maranhão, em 10 de julho de 1867. Quem a assinou foram dois líderes quilombolas envolvidos na organização de uma grande insurreição, que ocupou várias fazendas da região. Quem a redigiu foi o administrador de uma das fazendas tomadas pelo movimento organizado em quilombos e senzalas. Refém dos insurgentes, o feitor escreveu o que eles lhe ditaram: uma declaração de guerra endereçada às duas principais autoridades policiais e militares da região. Não era protesto, era ultimato: ou a liberdade pra geral até o dia 15, "pois há muito esperamos por ela", ou mil armas estocadas pelos quilombolas e todos os arcos dos povos indígenas aliados cairão sobre Vossas Senhorias. Liberdade nunca é pouco quando se vive em cativeiro.

O que se queria tinha nome, e o nome mais temido e combatido pelo regime escravocrata, pois era sua negação absoluta. No sistema penal daquele tempo, definido pelo código de 1830, o crime de insurreição era um dos poucos punidos com a pena de morte, cumprida por enforcamento. Inspirado num código do Sul dos Estados Unidos, o tipo penal "insurreição" do código brasileiro só se aplicava a movimentos de cativos que tivessem a liberdade como objetivo. O Artigo 113 dizia que "Julgar-se-ha cometido este crime, reunindo-se vinte ou mais

escravos para haverem a liberdade por meio da força.". A pena era "de morte no grau máximo; de galés perpétuas no médio; e por quinze anos no mínimo; - aos mais - açoutes.". Uma lei de 1835 ampliou a pena de morte para os casos de cativos que matavam seus senhores ou feitores. Na legislação liberal do Império do Brasil, tentar derrubar o regime pela força não era tão grave quanto tentar reaver a própria liberdade ou a de seus entes queridos.

Perceba a coragem das pessoas que se insurgiram em Viana. Foi na vigência dessas leis que muito mais do que vinte pessoas tomaram diversas fazendas e forçaram um feitor a escrever uma carta às principais autoridades policiais e militares da região chamando-os para o pau e declarando guerra ao Estado escravocrata brasileiro. Se organizaram para haver a liberdade por meio da força, por maior risco que essa audácia importe.

As histórias desta edição do Calendário, são, como esta, histórias de luta por liberdade vividas por quem sofreu o cativeiro e decidiu enfrentá-lo. Em **janeiro**, os quilombos de Sergipe que, assim como os de Viana, se organizavam junto com os cativos das senzalas, formando uma rede de resistência em constante movimento. Em **fevereiro**, as cativas indígenas que recorriam ao próprio sistema de justiça colonial para que sua liberdade fosse cumprida na prática. Em **março**, soldados recrutados à força e enviados para um forte na Amazônia se

levantaram contra um comandante militar que aproveitou o isolamento de sua guarnição em meio à selva para praticar todo tipo de violência contra os subordinados e principalmente contra as mulheres levadas como esposas. Em **abril**, a história de Rosa Egipcíaca, raptada na África, traficada para Minas Gerais, escravizada e explorada na prostituição, tornada depois uma santa popular, até ter ser encarcerada pela Inquisição e levada para Portugal, onde provavelmente morreu na cadeia. Em **maio**, a história do dia da Abolição, mas principalmente da noite de 13 de maio de 1888, com suas festas, batuques intermináveis e queima e destruição de troncos, grilhões e outros instrumentos de tortura em praça pública. Em **junho**, uma ação abolicionista no porto de Nova Iorque que libertou Mahommah Gardo Baquaqua de um navio vindo do Brasil, onde era escravizado como carregador de sacos de café. Em **julho**, uma rebelião de pessoas sequestradas e colocadas num navio negreiro em Cabinda, na costa de Angola, em 1782. Em **agosto**, a história da luta contra a escravidão pelo advogado Luiz Gama, mas principalmente pela ampla rede de anônimos, cativos, libertos e livres, que atuavam em torno dele. Em **setembro**, a vida e morte de Lucas da Feira, que nasceu escravizado e morreu enforcado, mas entre uma coisa e outra conquistou a liberdade e foi temido pelo poder. Em **outubro**, uma fuga em massa de cativos do interior de São Paulo para o quilombo do Jabaquara, em Santos, que foi um dos capítulos

finais da luta abolicionista no último país a abolir a escravidão nas Américas. Em **novembro**, a longa luta dos Kaingang do Paraná contra a escravização e o extermínio em nome da “guerra justa” e da “civilização”. Em **dezembro**, as histórias de resistência vividas em Ilha Grande, uma das mais importantes instituições prisionais da história do Brasil, criada para confinar leprosos e que depois passou a confinar suspeitos de levantes, transgressões e revoluções igualmente acusadas de contágio.

Falaremos de liberdade neste Calendário tratando apenas do período escravista da história do Brasil. Uma época em que a forma mais típica de privação da liberdade era a senzala particular de um fazendeiro e não a cela do sistema penitenciário do Estado.

No Brasil, o período de rápida construção e expansão do sistema público de encarceramento é justamente o que veio logo depois da Abolição. Enquanto as fogueiras destruíam os troncos e grilhões em praça pública nas festas do Treze de Maio, as pequenas cadeias e calabouços coloniais começavam a dar lugar às grandes e infernais penitenciárias modernas. Além disso, foi nos anos que se seguiram à Abolição que, mais do que nunca, as formas de criminalizar a população negra se multiplicaram. No novo contexto, as respostas às novas opressões foram novas lutas por liberdade. Em 1910, “Viva a Liberdade” foi o grito que deu início à revolta dos marinheiros negros recrutados à força para

cárceres flutuantes onde eram submetidos à chibata. Assim como os quilombolas e cativos de Viana haviam feito meio século antes, eles apontaram as armas para o Estado e disseram: “é a liberdade já ou sofrer as consequências”.

A luta por liberdade que tratamos aqui é uma luta pelas coisas brutas e materiais. É a luta de quem de fato vive a privação dela. É liberdade de dispor de si, de não ter seu corpo preso em correntes, grilhões, trancas e cadeias, de não estar em confinamento em masmorras, colônias penais, quartéis, hospícios, internatos, reformatórios, hospitais de custódia, penitenciárias, manicômios, lazaretos, clínicas de recuperação, colônias de trabalho, campos de refugiados, campos de concentração. Contra os cárceres privados, contra os cárceres públicos, contra os cárceres de concessão pública para parceiros da iniciativa privada.

É importante dizer de que liberdade se trata porque esta é uma das palavras mais disputadas da história moderna. Pode significar muitas coisas diferentes. Para os inconfidentes que a colocaram em sua bandeira - Libertas quae sera tamen (“Liberdade ainda que tardia”) - ela era a liberdade liberal de usufruir livremente de sua propriedade, incluindo a de seres humanos. Sua inspiração era a Independência dos Estados Unidos – evento que tem sido tão inspirador para grupos supremacistas por lá. Por outro lado, para os iluministas negros da Bahia da revolta dos Búzios (1798), a revolução traria

Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada.



“o tempo feliz
da nossa liberdade,
o tempo em que seremos todos
irmãos, o tempo em que seremos todos
iguais”. Seu vocabulário era o da Revolução
Francesa, incluindo o uso literal do lema
“Liberdade, Igualdade, Fraternidade”.

Também é importante dizer que liberdade não
cabe na palavra romana *libertas* e que a luta por
liberdade nunca dependeu de tradição latina
ou de ideias iluministas para existir. Havia
palavras para defini-la em diferentes sentidos
nos diversos idiomas dos povos espoliados e
escravizados. O quimbundo, uma das línguas
predominantes entre os africanos que foram

traficados para o Brasil, tem palavras para
definir a liberdade, a libertação, a condição
de ser livre, assim como a falta de liberdade,
o abuso da liberdade, e assim por diante...
Uma dessas palavras, justamente a que faz
referência ao regime escravista, entrou na língua
quimbundo por meio da língua dos invasores.
“Fólo” vem da palavra portuguesa “forro” e
define o “liberto”, “que teve alforria” e que,
portanto, “tem liberdade” diante de um regime
escravista. Regime novo, opressões novas,
palavras novas. O invasor português que levou

a escravidão moderna
para essa região da África,
atualmente Angola e
Congo, levou também
suas palavras, sem que
deixassem de existir mais
de dez outras formas de
falar de liberdade em
quimbundo. Também
em tupi, em iorubá e em
muitas outras línguas
dos povos espoliados e
escravizados no Brasil a
liberdade foi traduzível
pelos colonizadores em
seus dicionários.

A liberdade é universal
em diferentes sentidos.
Por um lado, é
difícil imaginar uma
experiência humana

em qualquer tempo e espaço que não se
confronte, em algum sentido, com o problema
da liberdade e da falta dela. Ela é um problema
filosófico, religioso e político nas mais variadas
tradições culturais ao redor do mundo. Por
outro lado, a privação de liberdade por meio
do encarceramento se tornou uma experiência
mundializada ao longo dos últimos séculos.
A relação da modernidade capitalista com
o cárcere é tão profunda que a colonização
europeia de diversas partes do mundo, da

Austrália a Fernando de Noronha, começou com a transformação das terras “descobertas” em territórios-cadeia. Dada a extensão global do avanço capitalista, a experiência de encarceramento universalizou certas formas de aspirar por liberdade.

É isso que faz com que os poemas do cárcere de Ho Chi Mihn, escritos num Vietnã sob ocupação colonial conversem com aqueles que Carlos Marighella escreveu num presídio do Rio de Janeiro na mesma época. A liberdade aspirada é a mesma, não apenas pelo sonho de “uma terra mãe livre e comum”, como cantado na Internacional Socialista que inspirava a ambos. O que os unia era também o desejo ardente de se livrar da tranca e o esforço para manter a cabeça em pé num espaço feito para destruir a vontade e produzir sujeição. No poema Diário da Prisão, Ho Chi Mihn dizia:

“Aqui teu corpo está preso na cela.
Teu espírito não. Ele está livre.
Se queres continuar a tua missão,
deves manter elevado o teu moral.”

Quantas pessoas, antes e depois dele, escreveram palavras semelhantes? Marighella, que a vida toda só teve arrebento, precisou de “ânimo firme, sobranceiro e forte” para enfrentar o cárcere. Assim como depois fizeram Jocenir, Duda do Marapé e tantas outras pessoas que transformaram em poesia as lágrimas que passaram no sofrimento.

Mas a liberdade também é um conceito fundamental para os que se beneficiam da privação de liberdade alheia. Em 1964 a “Marcha da família com Deus pela Liberdade” abriu caminho para empresários e seus milicos de estimação destruírem até mesmo a liberdade civil e política rasteira do liberalismo. Doze anos depois, uma campanha publicitária de calça jeans atualizou o conteúdo do que a juventude deveria querer: “Liberdade é uma calça velha azul e desbotada!”. O ano era 1976, Manuel Fiel Filho estava sendo torturado até a morte no mesmo cárcere do DOI-Codi que meses antes tinha matado Vladimir Herzog. Liberdade era se livrar de um regime sangrento, verde-oliva e desalmado.

Campeões do financiamento e suporte a golpes de Estado, incluindo aquele de 1964, os Estados Unidos da América são o exemplo mais acabado das perversões cometidas em nome da liberdade. Trata-se da auto-intitulada “Terra da Liberdade”, simbolizada pela Estátua da Liberdade, esse monumento que tem sido tão inspirador para o véio da Havan (o que já nos diz algo sobre o que ela efetivamente simboliza). A hipocrisia já é velha e conhecida, mas importa lembrá-la porque atualmente os Estados Unidos exportam seu modelo privatizado de encarceramento em massa de população racializada para produção de lucro. Modelo cuja continuidade em relação ao regime escravista não poderia ser mais evidente.

Tudo que os Estados Unidos representam provém da escravidão, nunca devemos esquecer. A riqueza da nação mais rica, o poder da nação mais poderosa, se fez girando a máquina de moer gente da escravidão capitalista, a mesma que produzia as riquezas do Brasil na mesma época. Em 1860, apenas um ano antes da guerra civil que levou à Abolição, a soma do preço de mercado das pessoas escravizadas nos Estados Unidos era maior que a soma do preço das fábricas e ferrovias. Nessa época, nenhuma região dos Estados Unidos tinha tantos milionários quanto o vale do Mississipi, onde 100% deles eram grandes proprietários de fazendas escravistas. Lá, como aqui, os herdeiros do capital escravista fazem as leis. Na última legislatura, 100 dos 535 congressistas dos Estados Unidos eram comprovadamente descendentes diretos de grandes senhores de escravos. Em média, a fortuna pessoal deles é cinco vezes maior que a dos deputados sem herança senhorial.

São as instituições liberais que reproduzem a escravidão há séculos num país que tem hoje 800 mil pessoas trabalhando encarceradas, muitas delas sem qualquer pagamento. Nas penitenciárias estaduais da Louisiana, do Arkansas, do Texas e do Mississippi os exatos mesmos campos que já foram plantações escravistas de algodão são hoje campos de trabalhos forçados que compõem a cadeia de produção de redes como Walmart, McDonalds

e Popeyes. A legislação atual do Mississippi permite não apenas o trabalho escravo de mulheres encarceradas que não têm dinheiro para pagar dívidas processuais, como também o aluguel delas para que indivíduos possam utilizá-las em tarefas domésticas.

Escravidão em nome da liberdade é tão antigo quanto guerra em nome da paz. O maior campo de concentração nazista trazia na entrada a mensagem de que “o trabalho liberta”. Não estamos longe de encontrar essa inscrição nos campos de concentração terceirizados dos Estados Unidos ou do Brasil. Mas a culpa não é da palavra liberdade, que é manipulável e apropriável, como todas. Durante a ascensão do nazismo, até o nome do socialismo foi parar na simbologia do inimigo. Hoje é muito comum grupos neofascistas se apresentarem sob o bonito nome de libertários.

O que queremos tem nome, mas não é o nome o que queremos. Não deveríamos mais nos espantar com cada manifestação de rebeldia sofrer um bombardeio de apropriações. Quando existe apropriação é porque existe algo valioso ali, é porque existe potência. É assim que enquanto o comercial de calça jeans prometia vender liberdade em plena ditadura, a mesma palavra continuava sendo a reivindicação legítima da resistência: a Aliança era Libertadora Nacional, a Teologia era da Libertação, estava no ar a Rádio Libertadora.



Atenção: Enquanto houver cativos lembraremos de quem lutou essa mesma luta em outros tempos. Conscientes de que ninguém aqui nasceu com dono, mas que por enquanto ainda tem muita mãe chorando. Estaremos sempre em campo a tratar da liberdade.

Liberdade



d	s	t	q	q	s	s
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Janeiro

d	s	t	q	q	s	s
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	

Fevereiro

d	s	t	q	q	s	s
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29

30 31 Março

d	s	t	q	q	s	s
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

Abril

d	s	t	q	q	s	s
			1	2	3	
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

Maio

d	s	t	q	q	s	s
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

Junho

d	s	t	q	q	s	s
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

Julho

d	s	t	q	q	s	s
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

31 Agosto

i s t q q s s

1 2 3 4 5 6

7 8 9 10 11 12 13

4 15 16 17 18 19 20

1 22 23 24 25 26 27

8 29 30

Setembro

d s t q q s s

1 2 3 4

5 6 7 8 9 10 11

12 13 14 15 16 17 18

19 20 21 22 23 24 25

26 27 28 29 30 31

Outubro

d s t q q s s

1

2 3 4 5 6 7 8

9 10 11 12 13 14 15

16 17 18 19 20 21 22

23 24 25 26 27 28 29

30 Novembro

d s t q q s s

1 2 3 4 5 6

7 8 9 10 11 12 13

14 15 16 17 18 19 20

21 22 23 24 25 26 27

28 29 30 31

Dezembro

“direi que és bela e pura em toda parte...”

...por maior risco em que essa audácia importe.”

São Paulo, Presídio Especial, 1939.

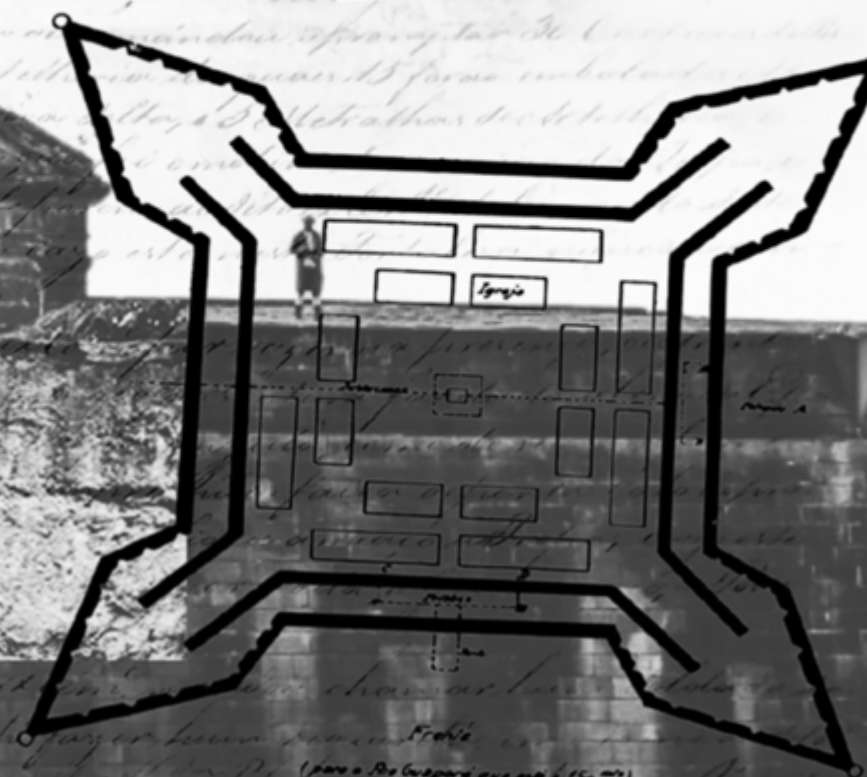
2025



no dia 20 de Março

Sublevação no Forte

AQUI MORAVA UM
TORTURADOR



MARÇO

LEVANTE NO

FORTE DO PRÍNCIPE

D

S

T

Q

Q

S

S

DIAS DE LIBERDADE,
NÃO MISERICÓRDIA

1

2

3

4

5

6

REVOLUÇÃO
PERNAMBUCANA,
PRIMEIRA
INDEPENDÊNCIA
PROCLAMADA NO
BRASIL (1817)

7

8

PRIMEIRO
REGISTRO DE
RESISTÊNCIA
QUILOMBOLA
EM GRANDE
ESCALA NO
BRASIL (1588)

9

REVOLTA DOS
COLONOS DA
FAZENDA
IBICABA
(SP, 1857)

10

ATAQUE
FRANCO-TAMOIO
AOS COLONIZADORES
PORTUGUESES
(RJ, 1565)

11

BATALHA DO
MBOBORÊ, COM
VITÓRIA
GUARANI SOBRE
OS BANDEIRANTES
PAULISTAS NO
RIO URUGUAI
(1641)

12

INSURREIÇÃO
NUM BARCO
PESQUEIRO EM
ITAPUÃ,
CANAVIAIS
QUEIMADOS
(BA, 1828)

13

14

15

16

17

18

19

INSURREIÇÃO
ESCRAVA EM
QUEIMADOS
(ES, 1849)

20

LEVANTE NO
FORTE DO
PRÍNCIPE,
CONTRA
COMANDANTE
DO EXÉRCITO
ESTUPRADOR
(RO, 1831)

21

CONSPIRAÇÃO DE
ESCRAVIZADOS DO
RIO DAS MORTES
(MG, 1719)

22

INSURREIÇÃO
DE ESCRAVIZADOS
EM CACHOEIRA
(BA, 1827)

23

REVOLTA
HAUSSÁ NOS
ENGENHOS DE
IGUAPE, PARA
ABOLIR A
ESCRavidão
(BA, 1814)

24

31

25

O CEARÁ É A
PRIMEIRA
PROVÍNCIA A
ABOLIR A
ESCRavidão NO
BRASIL (1884)

26

AÇÕES DE FUGA
EM CAMPOS, COM
INVASÃO DE
FAZENDAS E
SEQUESTRO DE
TREM (RJ, 1885)

27

28

29

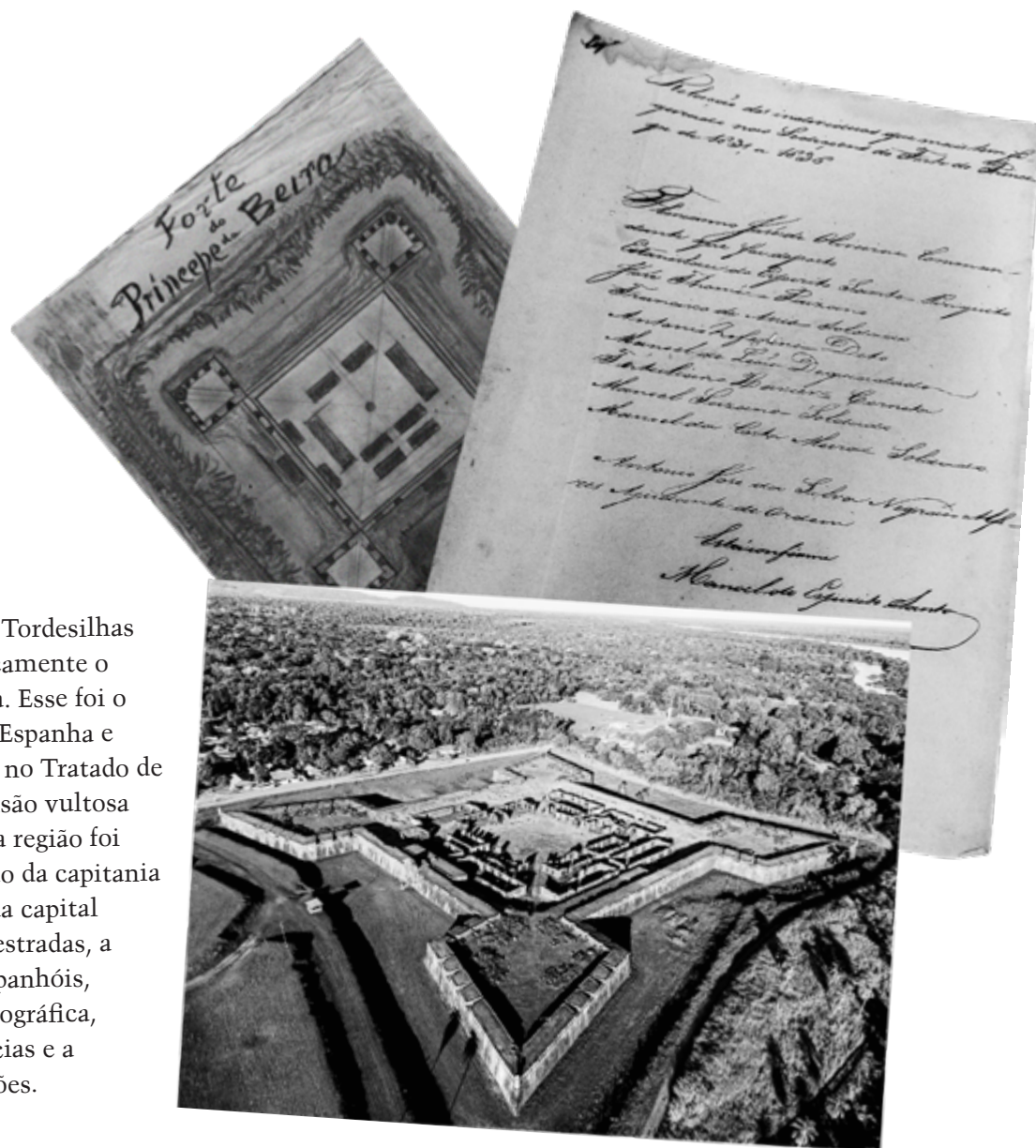
30

Um verde interminável cerca às margens do Rio Guaporé, que hoje divide as fronteiras fictícias do Brasil e da Bolívia, no atual estado de Rondônia. Suas águas, turvas e calmas, desaguam no Madeira, após se juntar ao Mamoré, e compreendem parte do inigualável complexo aquífero amazônico. Nessa região se escreveu um capítulo da expansão militar portuguesa e reações dirigidas contra a colonização.

O “sentido da colonização” brasileira foi, em primeiro lugar, a leste-oeste. Não apenas em relação à travessia do Atlântico, mas também seguiu o rumo do litoral, onde se instalaram as principais feitorias, portos, vilas e depois cidades, ao interior do continente. Essa interiorização não se deveu ao espírito bravio e indomável do bandeirante, mas à concretude da técnica militar de que lançou mão o colonizador.

Nesse ponto ao extremo-oeste, considerado então ermo e de difícil acesso (pra quem?), povos indígenas faziam sua morada há séculos, caso do povo Kajubim (Towa Panka), que ainda hoje resiste no retalhado território de Rondônia; além do povo Itenes-Pawumwa — que, divididos pelos portugueses e espanhóis, tiveram seu modo de vida dissolvido — dentre outros falantes da língua ainda viva Txapacura. No século 18, a máquina de extração de ouro nas Minas Gerais colocou a postos os funcionários do Império Português para rumarem ao Centro-Oeste. Tornou-se questão importante a redefinição das fronteiras, pois

as linhas imaginárias de Tordesilhas já não continham juridicamente o que a prática confirmava. Esse foi o tema das disputas entre Espanha e Portugal que resultaram no Tratado de Madri, de 1750. A expansão vultosa da colônia portuguesa na região foi marcada pela delimitação da capitania do Mato Grosso, com sua capital Vila Bela, a abertura de estradas, a expulsão dos jesuítas espanhóis, uma nova produção cartográfica, o deslocamento de milícias e a construção de fortificações.



A partir do Tratado, os soldados da administração erguem uma prisão que depois é elevada a forte, contando com a exploração servil da mão de obra indígena, disponível graças à desagregação dos aldeamentos castelhanos. O Forte de Bragança não resiste muito, submerso pelas águas do Guaporé durante enchente em 1771. Será então iniciado novo projeto, levado adiante por Luis Albuquerque de Mello, e que resultará na construção do Real Forte Príncipe da Beira, a partir de 1775.

Ambiciosa até demais, a execução do Forte foi ditada pelo que de mais moderno ocorria entre as técnicas de guerra europeias, com influência do chamado Sistema Vauban sobre o engenheiro da obra, o genovês Domingos Sambucetti. Sua magnitude, de quase 1km de perímetro, o muro com 10 metros de altura, a disposição de baluartes armados com canhoneiros, sem pontos cegos em sua forma poligonal e tomando o rio como fosso, revelam a importância estratégica que se dava ao Forte.

Suas vantagens, entretanto, também significavam seu ônus. Pois quem poderia imaginar que o transporte de toneladas de cal de pedra, além dos canhões de Belém, ao sítio da construção encareceria e atrasaria a obra mês a mês? Outro problema seria a arregimentação de mão de obra, proveniente de Belém, São Paulo e Rio de Janeiro. As pessoas escravizadas sofriam com a carga de trabalho e os castigos, e as fugas não foram

exceção. Em carta de 1778, o chefe da obra revela a disposição para uso da violência contra negros que se embebedavam. A malária fazia suas vítimas, levando inclusive o engenheiro italiano. As condições eram tão duras que a transferência ao Forte era uma ameaça a quem se insubordinasse. Aos trancos e barrancos, todavia, a obra caminhou para sua conclusão em 1783; ao seu redor concentravam-se cerca de oitocentas pessoas na virada do século.

Os anos de 1830 no Mato Grosso foram marcados por diversas revoltas de caráter militar ou civil. Uma delas teve como palco esse Forte do Príncipe, em março de 1831, e curiosamente foi antecedida por levantes militares em guarnições próximas, Casalvasco e Coimbra. O comandante do regimento Antônio José da Silva Negrão foi o principal motivo. Chegado da Corte para cumprir serviço na fronteira, o alferes, distante da vigilância institucional, sentiu-se à vontade para se comportar como um déspota dos mais cruéis. Suas arbitrariedades foram registradas em carta assinada por dezenas de subordinados que relatavam em detalhes as crueldades do seu comandante. Nenhum motivo já era o suficiente para a aplicação da “roda de pau” (punição que consiste em imobilizar o castigado e espancá-lo), além de prisões arbitrárias, roubo de soldo e principalmente a absurda prática de que Negrão se valia, ao mandar prender soldados para estuprar suas esposas.

Ora, a situação escalou a tal ponto que até paisanos se envolveram na captura e julgamento do militar. O justicamento seria executado, não fosse um pacifista de ocasião, Floriano José de Oliveira, que intercedeu pela vida de Negrão. De pronto, este foi enxotado do Forte para nunca mais voltar. Mas como entre os poderosos nem sempre se “cai para baixo”, Negrão continuou na fronteira e foi aparentemente elevado a Capitão posteriormente.

No decorrer do século 19, a fronteira Guaporé-Itenez perdeu importância estratégica, na mesma medida em que as fronteiras paraguaia e platina ameaçavam a integridade territorial do Império e sediaram campos de batalha. Como resultado, o gigantesco enclave militar do Real Forte do Príncipe da Beira foi abandonado, submerso dessa vez não pelas águas, mas pela imensidão verde da floresta, de tal forma que se atribui a “redescoberta” de suas ruínas às expedições de Rondon em 1914.

Na ocasião do bicentenário da construção do Forte, o milico e então presidente João Figueiredo, comprometeu o Estado com a conservação do patrimônio. Proferiu um discurso que, por detrás de um ufanismo barato que exalta os construtores do Forte como desbravadores “em prol do engrandecimento da nação”, revela o compromisso de longa data do Estado e suas forças militares com a conquista, a grilagem e o desmatamento do território, sempre às custas de sangue e espoliação.

Sagrada Teologia do Amor de Deus

Luz Brilhante das Almas Peregrinas

Rosa Egipciaca:

Santa Feiticeira

ABRIL



D

S

T

Q

Q

S

S

DIAS DE LIBERDADE,
NÃO MISERICÓRDIA

1

REVOLTA DOS
INDÍGENAS
GUARULHOS
ESCRAVIZADOS EM
SÃO PAULO (1652)

2

3

CONSPIRAÇÃO DE
ESCRAVIZADOS
DE DIVERSOS
MUNICÍPIOS DE
MINAS GERAIS
(1756)

4

5

6

7

8

9

10

LEVANTE DOS
INDÍGENAS DA
ALDEIA DE
BAQUERIUBU, EM
SÃO LUÍS (MA, 1619)
/ INSURREIÇÃO
NEGRA EM SALVADOR
(BA, 1830)

11

12

REVOLTA CONTRA
O RECRUTAMENTO
NA COMARCA DO
RIO NEGRO, ATUAL
AMAZONAS (1832)

13

14

A ABRILADA
DESENCADEIA A
GUERRA DOS
CABANOS
(PE E AL, 1832)

15

16

17

TENTATIVA DE
INSURREIÇÃO
ESCRAVA EM
TAUBATÉ E
PINDAMONHANGABA
(SP, 1853)

18

19

20

LÍDERES DA
PRAIEIRA FOGE
DA CADEIA NO
RIO DE JANEIRO
(1851)

21

22

INSURREIÇÃO
ESCRAVA NO
ENGENHO
VITÓRIA, EM
CACHOEIRA
(BA, 1827)

23

ÚLTIMA GRANDE
AÇÃO DO CLUBE
DO CUPIM, EM
RECIFE: FUGA DE
119 ESCRAVIZADOS
(PE, 1888)

24

25

26

27

A ABOLIÇÃO
NA GUIANA
FRANCESA
ABRE UMA
NOVA ROTA
PARA FUGAS DE
ESCRAVIZADOS
DA AMAZÔNIA
(1848)

28

29

ATAQUE GUARANI
COMANDADO POR
SEPÊ TIARAJU
CONTRA O FORTE
DO RIO PARDO
(RS, 1754)

30

X

ROSA
EGIPCIACA DE
VERA CRUZ
RETORNA AO
RIO DE JANEIRO
COMO SANTA
POPULAR (1751)



Como mostramos em calendários anteriores, a história do Brasil colonial está repleta de silenciamentos, apagamentos e ressignificações de figuras que ousaram desafiar as estruturas de poder, mas nem por isso foram pouco controversas. Entre essas personagens soterradas, mas não vencidas, está Rosa Egipcíaca, uma mulher negra que atravessou a violência do tráfico transatlântico, a escravidão e a exploração sexual para se tornar uma visionária religiosa. Mais tarde, foi alvo da Inquisição, enviada a Portugal e desapareceu nas masmorras da metrópole. Sua trajetória, marcada pela brutalidade da ordem colonial e pela reivindicação de um espaço de autoridade espiritual, revela as múltiplas formas de resistência de indivíduos e coletivos marginalizados.

Rosa nasceu na região da Costa de Uidá (atual Benin) por volta de 1719, onde sua liberdade foi interrompida de maneira abrupta pelo sequestro e tráfico para o Brasil. Sua primeira chegada ao Rio de Janeiro ocorreu em 1725, quando tinha apenas seis anos. Ali, foi batizada e recebeu o nome de Rosa, sendo posteriormente vendida e enviada a Minas Gerais em 1733. No auge da exploração de minérios, sua experiência não foi distinta de milhares de mulheres negras escravizadas que eram incorporadas à economia colonial não apenas como força de trabalho, mas também como mercadoria sexual. Rosa, como tantas, foi forçada à prostituição, mas sua trajetória começou a tomar um rumo

inesperado: por volta dos 29 anos, começou a ter experiências místicas intensas, acompanhadas por visões e convulsões.

Buscando respostas para seus tormentos espirituais, Rosa submeteu-se a exorcismos conduzidos por padres locais e, a partir desse momento, iniciou sua transformação em líder espiritual. Sob a orientação do frei Agostinho de São José, ela aprendeu a ler e escrever, o que possibilitou a composição de sua obra mística *Sagrada Teologia do Amor Divino das Almas Peregrinas*, possivelmente o primeiro livro escrito por uma mulher negra no Brasil. Embora o manuscrito tenha sido destruído por seu confessor para evitar que fosse usado como prova contra ela durante seu julgamento pela Inquisição, seu conteúdo permaneceu na memória oral e nos registros do processo inquisitorial.

A religiosidade no mundo atlântico negro sempre desempenhou um papel ambivalente: ao mesmo tempo em que era um dos pilares do colonialismo, também servia como uma via de resistência. Voltando para o Rio de Janeiro, em 1751, Rosa se apropriaria da linguagem cristã para construir um espaço de influência e autoridade, fundando e dirigindo o Recolhimento do Parto, uma instituição destinada a acolher e abrigar mulheres marginalizadas, especialmente ex-prostitutas e desvalidas, e apresentando-se ao mundo pela primeira vez como Roza Maria Egipcíaca da Vera Cruz. Feito extraordinário para uma

mulher negra, anteriormente escravizada, o Recolhimento evidencia a liderança e determinação de Rosa em criar um espaço de acolhimento e espiritualidade fora das estruturas eclesiásticas tradicionais.

Entretanto, sua ascensão como figura religiosa não passou despercebida pelas autoridades coloniais. No século XVIII, a Igreja e o Estado intensificavam o controle sobre as manifestações espirituais, especialmente quando estas eram conduzidas por pessoas racializadas. Rosa foi denunciada por charlatanismo e heresia, presa em 1762 e enviada para Lisboa. No tribunal inquisitorial, não apenas sua religiosidade, mas também sua condição de mulher negra e ex-prostituta foram argumentos para desacreditar suas experiências místicas. A presença de pessoas como ela representava uma ameaça ao sistema escravista, pois criava precedentes perigosos para a manutenção da ordem colonial. Enquanto padre Francisco Lopes, seu confessor e aliado, foi eventualmente perdoado após ser condenado ao degredo, o processo de Rosa permaneceu inconcluso. Ela morreu, até onde se sabe, em uma prisão lisboeta em 1771, aos 52 anos.

Apesar do apagamento institucional, Rosa Egipcíaca persiste como um símbolo da resistência negra e da luta por liberdade no Brasil colonial. Sua história não é apenas a de uma vítima da Inquisição; é a de uma mulher que desafiou a diversidade de barreiras impostas

a ela. Sua trajetória ecoa nas experiências de tantas outras mulheres negras que, ao longo da história do Brasil, se reinventaram e insurgiram contra a opressão, seja nos quilombos, nos tribunais ou nas ruas, demonstrando a força de seu *asé*. Seu nome sobreviveu nos registros inquisitoriais, mas também na tradição oral e no imaginário popular, que a ressignificou como uma santa negra, reverenciada por aqueles que enxergavam em sua trajetória uma dimensão espiritual e libertadora também nesse sentido.

A historiografia sobre Rosa Egipcíaca está em reconstrução. Durante séculos, sua existência foi reduzida a notas de rodapé e documentos inquisitoriais, mas hoje, pessoas pesquisadoras e movimentos negros reivindicam seu lugar na história. Sua vivência não se trata de um mito, inserindo-se em um longo ciclo de lutas e resistência, que atravessa o Brasil escravista e ressurge em cada ato de insubmissão diante da opressão. Contar sua história não é apenas um exercício acadêmico de memória, nem só um ato político: é um ritual de presentificação e devolução do poder a quem tentaram silenciar mas cuja magia sobrevive. Afinal, no Brasil, o maior temor dos de cima sempre foi a lembrança daqueles que, diante da brutalidade, inventaram e inventam formas de resistir; E isso sim é Magia Negra.

1888

TREZE DE MAIO

1888

EXTINÇÃO DA ESCRAVIDÃO

LEI N. 3353 DE 13 DE MAIO DE 1888

DECLARA EXTINCTA A ESCRAVIDÃO NO BRAZIL

A Princeza Imperial Regente em nome de Sua Magestade o Imperador o Sr. D. Pedro II.
Faz saber a todos os subditos do Imperio, que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a lei seguinte:
Art. 1.º E' declarada extincta desde a data d'esta lei a escravidão no Brazil.

FOGO NOS
RACISTAS

Organisarão
dansas, batuques, passeiadas pelas ruas, e afinal fi-
zerão um auto de fé dos azorragues, anginhos, tron-
cos, palmatorias e outros engenhos da Inquisição
social, que tinham apanhado nas antigas residencias.

MAIO

AS FOGUEIRAS DA ABOLIÇÃO

Estes vestigios do passado foram lançados em uma
fogueira colossal, cujas chammas vermelhas refle-
ctião-se nas paredes esbranquiçadas; ao estalido das
madeiras e dos ferros respondião os applausos e as
gargalhadas dos libertos, e formando uma cadêa de
danzarinos, volteavão freneticamente á roda do
incendio.

D

S

T

Q

Q

S

S

DIAS DE LIBERDADE,
NÃO MISERICÓRDIA

1

REVOLTA DE
GUARANIS CONTRA
A ESCRAVIDÃO EM
MOGI DAS CRUZES
(SP, 1660) / CRIADO
EM CAMPOS O
JORNAL
ABOLICIONISTA
RADICAL 25 DE
MARÇO (RJ, 1884)

2

SENHORES DO
RECÔNCAVO BAIANO
FOGEM DE
ESCRAVIZADOS QUE
AMEAÇAVAM
MATÁ-LOS SE NÃO
OBTIVESSEM A
LIBERDADE (1816)

3

4

5

6

7

QUILOMBOS
DESTRUÍDOS
E DEPOIS
RETOMADOS
PELOS NEGROS
(MT, 1792)

8

9

10

COMBATE NO
ARROIO CHUIEBI
ENTRE OS
GUARANIS E AS
FORÇAS LUSO-
ESPANHOLAS
(1756)

11

12

13

INSURREIÇÃO
NEGRA EM
CARRANCAS
(MG, 1833) /
FOGUEIRA COM
INSTRUMENTOS DE
TORTURA CELEBRA
LEI ÁUREA EM
CAMPINAS
(SP, 1888)

14

FUZILAMENTO,
EM SALVADOR,
DE QUATRO
REBELDES DA
INSSUREIÇÃO
DOS MALÊS
(BA, 1835)

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

ABOLIÇÃO DA
ESCRAVIDÃO
NO AMAZONAS
(1884)

25

26

TENTATIVA DE
UM GRANDE
LEVANTE HAUSSÁ
EM SALVADOR E
RECÔNCAVO
BAIANO (1814)

27

28

29

30

31

The S. Paulo correspondent of the *Journal* says that balls, "shin-digs" (*batuques*), and processions were organized, and the festa terminated in a grand *auto de fé* of all the instruments of torture, so recently used, that could be found in the city of Campinas.



Os troncos, batuques e outros instrumentos de tortura, alimentam as fogueiras em redor das quais os novos cidadãos entregam-se ao mais delirante batuque.

Na noite de 13 de maio de 1888, o Brasil tremeu. Vibrou não pela assinatura da Lei Áurea, um pedaço de papel que a princesa Isabel assinou quando já não havia escolha, mas pelo estrondo dos tambores, pelos gritos de liberdade e pelo fogo que consumiu várias

marcas do cativo. Em diversas partes do país, a população negra tomou as ruas, não para agradecer a generosidade da Coroa, mas para enterrar simbolicamente a escravidão com as próprias mãos. Fogueiras foram acesas para queimar troncos, grillhões, chibatadas e outros instrumentos de tortura, aqueles que por séculos serviram para marcar corpos e tentar disciplinar almas. Em algumas cidades, senhores fugiram para dentro de suas casas, temendo o que sempre souberam ser inevitável: o dia em que aqueles que carregavam o Brasil nas costas não mais aceitariam carregar as marcas também de seus chicotes.

Os relatos históricos sobre o 13 de maio de 1888 e seus dias imediatamente seguintes revelam, ao contrário do que muita gente pensa, que essa celebração não foi homogênea nem controlada pelo Estado. No Recife, o fim da escravidão

foi marcado pela realização de grandes fogueiras nas praças públicas, onde pessoas ex-escravizadas queimaram documentos de compra e venda, títulos de posse e listas de

trabalhadores cativos das fazendas e engenhos. O simbolismo desse ato era claro: destruir os registros que lhes tratava como mercadoria para afirmar sua condição de cidadãos livres. Ao lado das fogueiras, capoeiristas, sambadoras e batuqueiros ocuparam as ruas, desafiando o regime que ainda os via como "ameaças à ordem". Esses atos foram reprimidos nos dias seguintes, mas marcaram a primeira grande manifestação pública daquelas pessoas libertas como sujeitos históricos, e não mais como propriedade de senhores.

Em Campinas, cidade símbolo da aristocracia cafeeira que por muito tempo se recusou a aceitar a abolição, os libertos e abolicionistas tomaram as ruas em celebrações que combinaram festa e revolta. Os batuques ecoaram intensamente, e fogueiras foram acesas para a destruição de grillhões e outros instrumentos de tortura. Para além das festividades, houve momentos de tensão: fazendeiros temiam que a celebração se transformasse em levante, e algumas igrejas chegaram a condenar publicamente a realização de batuques, alegando que eram manifestações "diabólicas". No entanto, a população negra de Campinas resistiu, e a cidade testemunhou o descontrole da ordem senhorial em um cenário que se repetia por todo o Brasil.

Em Salvador, na Bahia, os batuques tomaram as ruas e os mercados, em um misto de comemoração e reafirmação da cultura negra.

O **Bembé do Mercado**, uma das celebrações mais emblemáticas da Abolição, reuniu centenas de pessoas em uma festa que durou dias, onde o som dos tambores não foi apenas música, mas um chamado espiritual, conectando o presente à ancestralidade. Esse evento, inserido na cosmologia do Candomblé, representou um grande rito coletivo de libertação e renovação, no qual cada toque de tambor reverberava como súplica e agradecimento aos orixás. Não à toa, o palco é o mercado, presente na história afro-atlântica como um espaço de resistência, troca e reconstrução. Durante a escravidão, ele servia como local de encontro e articulação para pessoas negras. Após a Abolição, transformou-se em um território sagrado de celebração, onde se queimaram não apenas grilhões físicos, mas também as tentativas de apagar a herança africana. O Bembé não foi somente uma festa popular, mas segue sendo uma cerimônia de memória e resistência, “único candomblé de rua do mundo”, onde se reafirma a força espiritual e cultural do povo negro. Esse gesto de profunda conexão com os orixás e ritos afro-brasileiros foi uma resposta de afirmação em resposta à tentativa de silenciamento e demonização das práticas de matriz africana, mostrando que a luta por liberdade seguiria também pelo caminho da espiritualidade.

Em São Luís do Maranhão, relatos indicam que libertos invadiram senzalas e armazéns de fazendas para arrancar e incendiar os

grilhões que ainda prendiam as últimas pessoas escravizadas, em uma ação coletiva de destruição dos vestígios físicos da opressão. O medo das elites locais era tão grande que forças policiais foram mobilizadas para conter os atos de “excesso” dos libertos, mas, naquele momento, a força da população negra organizada era maior que a repressão. Esse tipo de celebração – que envolvia não apenas a alegria da liberdade, mas a fúria contra o sistema escravista – repetiu-se em diversas partes do país.

Enquanto o 13 de maio foi uma noite de celebração, os dias seguintes foram de disputa. O que vinha depois da festa? Para muitos, o sonho era a terra prometida – não aquela dos padres, mas a que deveria ser distribuída às pessoas libertas. Entre os debates do momento, estavam propostas concretas para a integração de pessoas ex-escravizadas: reforma agrária, direitos políticos, o fim da chibata nas Forças Armadas. Eram demandas que faziam sentido, afinal, quem construiu esse país esperava, no mínimo, um pedaço de chão para viver sem depender dos antigos senhores. Mas, se o Brasil é mestre em uma coisa, é em arrancar esperanças pelo avesso.

A reação dos senhores veio rápida e feroz. Se não podiam mais explorar corpos legalmente, exigiam compensação. Queriam indenizações pelo “prejuízo” de perder sua mão de obra forçada. Para a elite, o crime da escravidão era

menos grave do que o “crime” de acabar com ela. Se dependesse deles, a Abolição teria sido feita com dinheiro público, pagando cada senhor pelo número de pessoas que manteve cativas, premiando-os por décadas de violência. Não satisfeitos em perder a aposta, queriam sair ganhando de qualquer maneira. Aqueles que tinham lutado pela Abolição sabiam que uma assinatura não encerrava séculos de cativeiro. O Brasil já havia prometido o fim do tráfico de escravizados em 1831, e a lei virou letra morta, atropelada pela ganância dos latifundiários por mais vinte anos. O risco agora era o mesmo: que a liberdade fosse apenas teórica, enquanto a estrutura da escravidão se reinventava. A defesa da Abolição passou a ser diária, nas ruas, nos quilombos, nas redes de apoio entre libertos. Liberdade, no Brasil, nunca veio sem luta.

O 13 de maio não foi um ponto final – foi um início. A história que vem depois é marcada por resistência, porque liberdade sem terra, sem trabalho e sem direitos, não é liberdade de verdade. Nos conta Jéssica Gomes que, cem anos depois as comemorações no Amazonas jogaram luz à presença quilombola negra na região, fortalecendo laços comunitários e a luta por reconhecimento. Reivindicar a data, não com gratidão por ninguém além de quem lutou por isso, significa ecoar e reacender essa mesma luta. Ecoar os tambores e reacender as fogueiras de uma noite em que os escravocratas tremeram.

Fuga de Baquaqua



JUNHO



D

1

GREVE DOS
GANHADORES
EM SALVADOR
(BA, 1857)

S

2

T

3

Q

4

Q

5

S

6

ASSALTO
PAIAGUÁ A
UMA MONÇÃO
CARREGADA
DE OURO DE
CUIABÁ, NO
PANTANAL
(MT, 1730)

S

7

EXPEDIÇÃO DOS
PORTUGUESES
ARRASA QUATRO
ALDEIAS
TUPINIQUINS QUE
RESISTIAM À
ESCRAVIZAÇÃO E AO
DOMÍNIO COLONIAL
(RJ, 1559)

8

NOTICIADA UMA
EXPEDIÇÃO
CONTRA O
QUILOMBO DA
SERRA DOS
ÓRGÃOS
(RJ, 1699)

9

OS TUPÍNIQUINS
REAGEM À
DESTRUIÇÃO DE
SUAS ALDEIAS
ATACANDO OS
COLONIZADORES
PELO MAR
(RJ, 1559)

10

LEI DETERMINA
A PENA DE
MORTE PARA
ESCRAVIZADOS
QUE MATAM
SEUS SENHORES
(1835)

11

12

13

14

15

16

17

18

EXPEDIÇÃO
REPRESSIVA
CONTRA
ESCRAVIZADOS
REBELDES NA
BAHIA (1828)

19

20

21

22

EMILIANO
MUNDURUCU
SUBLEVA O
REGIMENTO
DOS PARDOS
EM RECIFE
(PE, 1824)

23

24

INSURREIÇÃO
ESCRAVA EM
VASSOURAS
(RJ, 1847) /
INSURREIÇÃO
ESCRAVA EM
PORTO ALEGRE
(RS, 1868)

25

26

27

28

PRISÃO DO BARBEIRO
SALVADOR RODRIGUES
PELO TRIBUNAL DA
INQUISIÇÃO,
DENUNCIADO PELA
PRÓPRIA FAMÍLIA
POR SUA
HOMOSSEXUALIDADE
EM BELÉM
(PA, 1661)

29

30

X

MAHOMMAH GARDÓ
BAQUAQUA FOGE DO
NAVIO BRASILEIRO
ONDE ERA
ESCRAVIZADO, EM
NOVA IORQUE (1847)

DIAS DE LIBERDADE,
NÃO MISERICÓRDIA

O tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, engrenagem da maior empresa do capitalismo colonial, deslocou milhões de vidas do continente africano para as Américas. Entre elas estava Mahommah Gardo Baquaqua, uma entre mais de dez milhões de vítimas da travessia para a escravização forçada. Sua história não só não foi perdida no vórtice do esquecimento: diferente da maioria, Baquaqua conseguiu contar ele mesmo sua biografia, um feito raro e, por isso, poderoso.

Sua trajetória é única porque cada uma dessas milhões de histórias foi; e é excepcional porque ele conseguiu escapar da escravidão e tornar-se autor do próprio relato. Um percurso individual mas também coletivo, porque sua voz carrega os ecos dos que nunca puderam falar.

Baquaqua nasceu em Zugu (Djougou, atual Benin), uma cidade que fazia parte das complexas redes comerciais do interior da África Ocidental, inserida nas dinâmicas dos reinos de Borgu, Daomé e Oió. Sua captura foi fruto daquilo que muitos africanos escravizados experimentaram: uma traição e um sequestro organizado por rivais. Em sua própria narrativa, ele descreve que foi emboscado e drogado durante uma festividade em sua homenagem. Despertou acorrentado e percebeu que fora vendido.

A viagem até a costa foi longa e exaustiva. Em cada aldeia por onde passava, via rostos conhecidos, mas ninguém podia ajudá-lo.

O tráfico de pessoas era uma indústria poderosa e brutal, e ele foi vendido diversas vezes antes de chegar ao litoral. Chegando ao porto, Baquaqua foi marcado a ferro – seu corpo transformado em mercadoria, mais uma “peça” a ser vendida.

A travessia do Atlântico foi um pesadelo. Ele descreve um navio tumbeiro de corpos amontoados, falta de ar, doenças e a constante presença da morte. A cada dia, alguém morria, os corpos atirados ao mar, lágrimas negras salgando o Atlântico. No Brasil imperial, Baquaqua desembarcou no Recife por volta de 1845, época em que o tráfico transatlântico já era oficialmente proibido, mas seguia firme no comércio clandestino, e foi vendido como escravizado para um padeiro, que o alugava a outros trabalhos. Seu cotidiano era exaustivo: carregar pedras pesadas, vender pães de porta em porta, lavar utensílios – tudo sob açoites constantes. O desespero o levou a uma série de tentativas de fuga. Na primeira, foi recapturado e severamente castigado. Depois, tentou o suicídio, jogando-se em um rio. Foi resgatado contra sua vontade e brutalmente espancado. As marcas dessas agressões permaneceriam em seu corpo e espírito para sempre.

Mais tarde, foi revendido para um comandante de navio, passando a atuar como criado de bordo. Nesse novo ambiente, encontrou uma relativa mobilidade e mais oportunidades para fugir, apesar da constante violência do Capitão



e sua esposa cruel. A bordo dessa embarcação, Baquaqua foi levado para o sul do Brasil e, depois, para Nova York, onde chegou provavelmente em 27 de junho de 1847. Ele e outros tripulantes sabiam que estavam em um território onde a escravidão já não era aceita. No começo da viagem aprendeu que ali os escravizados poderiam reivindicar sua liberdade. A primeira palavra que aprendeu em inglês, e logo usaria, foi LIVRE.

Ainda no navio, Baquaqua tentou embriagar-se para reunir coragem e escapar. Ele conseguiu romper a porta de sua prisão a bordo e fugiu em direção ao cais. Desesperado e sem conhecer ninguém na cidade, acabou sendo detido por guardas locais, que o conduziram a uma casa de detenção, onde passou uma noite. No dia seguinte, o comandante do navio pagou as despesas da prisão e o recuperou, alegando que ele era sua propriedade. Oficiais locais perguntaram a Baquaqua se ele queria ser livre,

mas ele, sem entender a situação e intimidado pelo comandante, não soube como reagir.

Dois dias após sua recaptura, uma carruagem com abolicionistas chegou ao porto e subiu a bordo do navio. Os ativistas, de maioria negra, confrontaram o comandante e declararam que todos a bordo eram livres, que o capitão deveria içar a bandeira para permitir o desembarque. O comandante recusou-se e se enfureceu, mas foi obrigado a levar Baquaqua e os demais até a Prefeitura de Nova York para um julgamento. Na prefeitura, o cônsul brasileiro compareceu e questionou novamente se Baquaqua e os demais queriam retornar ao Brasil ou permanecer nos Estados Unidos. O comandante pressionou os escravizados a responderem que queriam voltar com ele. Baquaqua, no entanto, já consciente da realidade e cheio de coragem, declarou abertamente que preferia morrer a voltar à escravidão.

Após essa audiência, os escravizados foram encarcerados por mais alguns dias, passando por vários interrogatórios. Enquanto estavam presos, abolicionistas americanos organizaram um ousado plano de fuga, logrando libertar Baquaqua e os demais, levando-os para Boston, onde permaneceram por algumas semanas. Depois, recomendaram que ele fugisse definitivamente para o Haiti ou para a Inglaterra, países onde estaria mais seguro. Com auxílio dos abolicionistas, Baquaqua conseguiu então passagens para o Haiti, onde a escravidão já havia sido abolida e a sociedade

era majoritariamente negra, primeira nação negra independente das Américas e terror da branquitude. Ao desembarcar, relatou que finalmente se sentia livre.

Chegando lá, foi recebido com generosidade, mas rapidamente se viu sem dinheiro e sem trabalho. Viveu em condições precárias, chegou a dormir na rua e trabalhou em serviços quase tão degradantes quanto a escravidão. Sua sobrevivência no Haiti foi extremamente difícil.

Sem perspectivas, Baquaqua retornou aos Estados Unidos, onde foi novamente acolhido pelo movimento abolicionista. Lá, conheceu Samuel Moore, que o ajudou a escrever sua biografia. Conhecida pelo público desde 1854, sua história não foi publicada por acaso, mas como um instrumento abolicionista poderoso, utilizada para mostrar ao público as brutalidades da escravidão. Seu testemunho fazia parte de uma estratégia que buscava transformar histórias pessoais em armas contra o regime escravista. Baquaqua deixou claro em sua obra que sua fuga e liberdade não foram conquistas individuais, mas fruto da ação coletiva. Ele foi ajudado por abolicionistas, amigos, companheiros de fuga – e sempre enfatizou que a liberdade era uma luta coletiva, não um feito isolado.

Depois da publicação de sua biografia, Baquaqua queria voltar à África e ajudar na luta contra a escravidão. Ele se tornou cristão e ingressou em uma missão para obter apoio para essa jornada. Pouco se sabe sobre seus últimos

anos. Em 1855, ele viajou para Liverpool, na Inglaterra, onde esperava reunir recursos para voltar ao continente africano. A última menção a seu nome data de 1857, mas não há registros confirmando se ele conseguiu ou não retornar à sua terra natal.

Narrativas como a sua tiveram e ainda têm um impacto direto no debate público. Antes dele, Olaudah Equiano já havia usado sua autobiografia para denunciar a escravidão no século 18. Depois dele, Frederick Douglass faria o mesmo no 19. Esses relatos desafiavam e desafiavam a sociedade branca a encarar o horror do tráfico atlântico.

Baquaqua não se via como um indivíduo «excepcional», e sim como parte de uma luta coletiva. Sua fuga, como ele mesmo reconhece em sua biografia, só foi possível graças a outras pessoas. Sua história só foi publicada porque havia uma rede abolicionista para sustentá-lo. Sua liberdade não foi um ato de resiliência individual, mas o resultado da luta coletiva contra o cativo. E mesmo assim, sua história é frequentemente usada para reforçar uma ideia perigosa: a de que a escravidão poderia ser superada pelo esforço individual.

Isso não foi o que Mohamad Baquaqua viveu, nem o que narrou. Sua biografia não celebra um “vencedor” do sistema escravista. Pelo contrário: é um relato sobre o trauma, a dor e a luta. Sobre a liberdade e o árduo e coletivo caminho até ela.

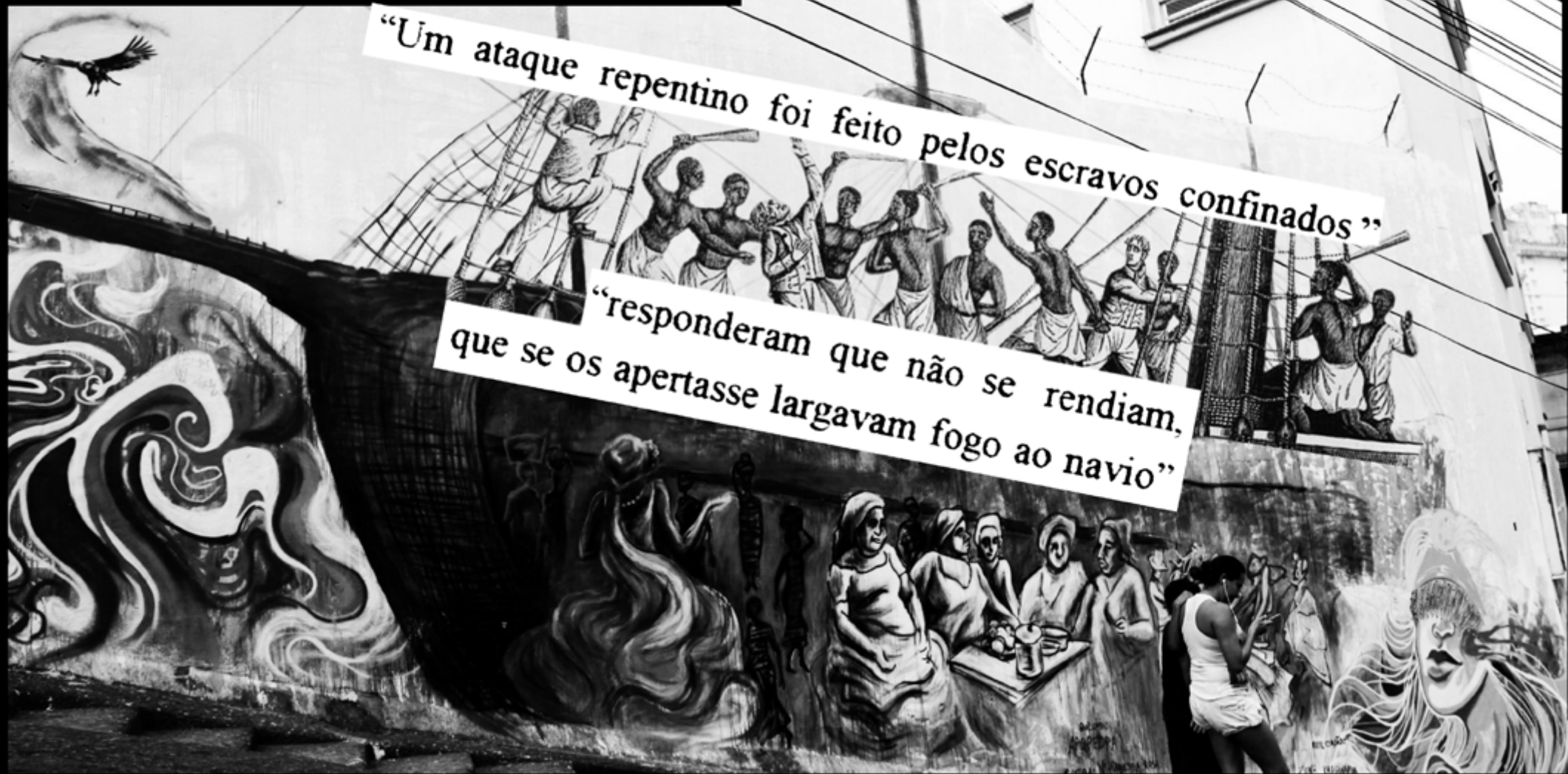
rebelião antes da senzala

JULHO

"Com bem mágoa do meu coração dou parte
da minha infeliz viagem"

"Um ataque repentino foi feito pelos escravos confinados"

"responderam que não se rendiam,
que se os apertasse largavam fogo ao navio"



D

S

T

Q

Q

S

S

DIAS DE LIBERDADE,
NÃO MISERICÓRDIA

1

TOMADA DE CAXIAS
PELOS REBELDES DA
BALAIADA (MA, 1839) /
LUIZ GAMA PRESO POR
INSUBORDINAÇÃO AO
REAGIR A INSULTOS
DE UM OFICIAL DO
EXÉRCITO (SP, 1854)

2

LEVANTE
TUPINAMBÁ CONTRA
A ESCRAVIDÃO EM
CUMÃ (MA, 1617)

3

4

5

6

7

8

QUILOMBOLAS DE
SÃO BENEDITO
DO CÉU OCUPAM
FAZENDAS E
SUBLEVAM
ESCRAVIZADOS
(MA, 1867)

9

CERCO DE SÃO PAULO
DE PIRATININGA
POR UMA ALIANÇA
DE DIVERSOS POVOS
INDÍGENAS (1562)

10

ESCRAVIZADOS
TOMAM UMA
BARCA E JOGAM
TRIPULANTES AO
MAR (MA, 1839)

11

12

13

14

LEVANTE NO RIO
DE JANEIRO
EXIGE O FIM DOS
CASTIGOS FÍSICOS
NAS FORÇAS
ARMADAS (1831)

15

O CENSO É
IMPEDIDO PELA
REVOLTA DO
"RONCO DA
ABELHA", CONTRA
O TEMOR DE
RE-ESCRAVIZAÇÃO
(1852)

16

17

18

PARTE UMA
BANDEIRA
DE SÃO PAULO
CONTRA OS
TEMIMINÓ,
QUE RESISTEM
À ESCRAVIDÃO
(PR, 1603)

19

20

REVOLUCIONÁRIOS
AFIXAM PAPÉIS
POR "IGUALDADE,
LIBERDADE, E
FRATERNIDADE
POPULAR"
(BA, 1798)

21

22

MORTO A FLECHADAS
O LÍDER DE UMA
BANDEIRA PARA
ESCRAVIZAÇÃO DE
INDÍGENAS NO
GUAIRÁ (PR, 1630)
/ LEVANTE DE
EMILIANO
MUNDURUCU
(PE, 1824)

23

O BANDOLEIRO
QUILOMBOLA LUCAS
DA FEIRA ESCAPA
DE EMBOSCADA
(BA, 1845)

24

25

26

COMBATE, EM
ANGOLA, ENTRE
TROPAS
ENVIADAS DO
RIO DE JANEIRO
E GUERREIROS
COMANDADOS
PELA RAINHA
GINGA (1645)

27

28

29

30

INSURREIÇÃO
ESCRAVA EM
LAVRAS
(MG, 1821)

31

X

REBELIÃO
NUM NAVIO
NEGREIRO DE
BANDEIRA
PORTUGUESA
EM CABINDA,
ANGOLA (1782)

O que se passou no dia 17 de julho de 1782 em Cabinda, no pólo de mais intensa movimentação de todo o litoral ocidental da África no século 18, por certo ficou marcado na memória de todas as pessoas que por lá estiveram. Ainda assim, a documentação sobre o episódio é um tanto escassa. Consiste, sobretudo, em uma carta datada do mês seguinte do traficante de escravos responsável pela embarcação, Manuel da Silva, coletada e examinada pelo historiador do Atlântico Jaime Rodrigues.

O “infortúnio” narrado na carta do português inicia-se com a intenção deste de comprar pessoas para serem escravizadas no litoral africano em troca de produtos como peças de tecidos, ferramentas, munição, aguardente, mantimentos para a viagem. Após aportar, foi enrolado por semanas por uma princesa de Angola. Ao fim da negociação, adquiriu 271 “peças”. O extraordinário se passou durante os preparativos para o embarque. A gente escravizada em seu tumbeiro rompeu seus grilhões, arrombou o depósito de armas e as empunhou, afastando a contraofensiva que veio de imediato. Como planejaram suas estratégias? Como convenceram seus *malungos* a lutar? Para onde iriam agora? Todos esses instantes da luta da vida contra a morte, da liberdade contra o cativeiro, ficaram de fora da carta.

Por todo o dia, até a manhã seguinte, os sublevados permaneceram no navio. No entanto, com pouca experiência no comando



de máquinas daquele tipo, acabaram por atolar em um banco de areia próximo à praia, o que suscitou o ataque dos rivais. Em um gesto de desespero ou por mero acidente, houve fogo na pólvora embarcada e a corveta explodiu. Mais de 200 embarcados morreram e o traficante português ainda reaprisionou 42 daqueles que lhe serviam enquanto mercadoria.

A revolta no navio português é notável. Naquele contexto, raramente pessoas escravizadas conseguiam se rebelar ainda na costa. Em meados do século 18, a colonização já dispunha de canais militares poderosos para garantir a prática do tráfico no litoral africano, impedindo assim a rebelião no embarque. O que muitas vezes valia para o litoral, no entanto, não era a regra no interior do continente.

A região de Cabinda e arredores, conhecida hoje como um enclave angolano, já era densamente povoada quando das notícias escritas por viajantes europeus. Predominantemente, os povos da África central, muito diferentes entre si, possuíam entretanto uma linhagem linguística em comum, a dos Bantu. Esse tronco civilizacional realizou grandes movimentos migratórios ainda no primeiro milênio de nossa era e constituiu um modo de existência baseado na agricultura de cereais e no manejo do ferro em todo o centro-sul africano. Possivelmente, com um aumento demográfico e solidez de redes comerciais, há o surgimento de Estados

e também os primeiros *kilombos* - unidades de defesa militar - documentados pela tradição oral.

Já no século 15, lá tinha lugar bem estabelecido o Reino do Congo. Seu líder, o *manicongo*, controlava vasta porção do território entre as atuais fronteiras fictícias entre Angola e República Democrática do Congo, emanando seu poder por outros governadores para arrecadar tributos em víveres e moedas. Foi essa uma via de penetração. Como são penosas as conquistas sem que haja cooptação! As nações europeias que faziam guerra e negócios trataram então de agir junto a uma elite. Em 1506, após uma crise de sucessão no Reino, sobe ao poder Afonso I, um *Mbanza Kongo* cristão com suporte bélico lusitano. Foi um momento decisivo para a criação das rotas, mapeamento e infraestrutura destinada ao tráfico humano europeu, seguida de uma enxurrada de armas e bíblias introduzidas no continente. Mais ao sul, visou-se Luanda, o lugar de onde mais se embarcaram pessoas escravizadas na história da humanidade. Para tanto, foi preciso empenhar guerra contra outro reino, o N'dongo, de onde provém as histórias de resistência e negociação do reinado de Nzinga.

Os morticínios europeus migraram para além-mar e os holandeses ocuparam Luanda em 1641 para abastecer suas possessões no nordeste brasileiro. Serão os próprios elementos lusobrasileiros que retomariam Luanda, em 1648, para mergulhar por mais dois séculos no

lucrativo tráfico de escravos, favorecido pela dissolução de reinos como o Congo e o trabalho dos pombeiros - em sua maioria mestiços que intermediavam o comércio entre o interior e o litoral. Diante disso, os povos da África não eram meros espectadores. Em relação à resistência, nota-se o ataque às caravanas e centros de apoio escravistas no interior de Angola, por exemplo, no ataque ao presídio de Encoge de 1790, onde diversas etnias se uniram para sublevar a região norte e paralisar as rotas. Também a insubordinação da etnia Ovimbundu causou muita dor de cabeça aos colonos, e por muito tempo. Teve fôlego com a estruturação política dos reinos Bailundo e Bié, que empreenderam guerras contra os portugueses em 1774 e 1890.

Da afrobrasilidade, uma das raízes mais profundas é o que “difusamente” se pode chamar de Bantu, visto que foi o povo africano mais mergulhado na diáspora - estima-se que ao menos dois terços das pessoas de África que atravessaram a *kalunga* para o Brasil eram bantu. “A longa e específica história do Brasil sobre os contínuos contatos com a África deveria também ser produtivamente acrescentada às narrativas fundamentais da história do ‘*Atlântico Negro*’, disse Paul Gilroy. Sobre o episódio da revolta na Cabinda, nos convocam as linhas de força tecidas dos dois lados do atlântico, que forjaram e ainda unem formas de revolta e solidariedade entre os negros de Luanda à Salvador, da floresta do Congo à Amazônia.

**– Nunca houve coisa igual em São Paulo,
dizia-se pelas esquinas.**

São Paulo

Luiz G.P. da GAMA, continua a tratar causas de liberdade.

Outro sim, responde consultas para fora da capital, tudo sem retribuição alguma.

**E o nome de Luiz Gama,
coberto de bênçãos,
corria de boca em boca.**

TACVIDADE DE DIREITO

**...porque detesto o cativoiro
e todos os seus senhores
principalmente os reis.**

AGOSTO

LUIZ GAMA PARTE, A LIBERDADE FICA

D

S

T

Q

Q

S

S

DIAS DE LIBERDADE,
NÃO MISERICÓRDIA

1

EXPEDIÇÃO DOS
COLONIZADORES
CONTRA A
RESISTÊNCIA DO
QUILOMBO DE SÃO
GONÇALO (RJ, 1808)

2

3

4

5

6

7

8

ENCONTRO
ABOLICIONISTA
É ATACADO COM
BOMBAS E
INVAIDIDO PELA
POLÍCIA
(RJ, 1887)

9

OS COLONIZADORES
NOTICIAM PELA
PRIMEIRA VEZ A
RESISTÊNCIA DO
QUILOMBO DE
CAMAMU (BA, 1691)

10

11

EXPEDIÇÃO DOS
COLONIZADORES
CONTRA A
RESISTÊNCIA
DO QUILOMBO
DE BACAXÁ
(RJ, 1730)

12

UMA BANDEIRA
PAULISTA COM 2.300
HOMENS É DERROTADA
PELOS GUARANI QUE
PRETENDIAM
ESCRAVIZAR (RS, 1739)
/ ANÚNCIO DA
SEDIÇÃO BAIANA EM
SALVADOR (BA, 1798)

13

14

SEGUNDA TOMADA
DE BELÉM PELOS
CABANOS (PA, 1835)

15

OS CANAVIAIS DA
USINA DO
QUEIMADO E DA
FAZENDA DO BECO
EM CAMPOS SÃO
INCENDIADOS POR
ABOLICIONISTAS
(RJ, 1884)

16

17

18

19

20

21

AÇÃO NA ESTAÇÃO
DA LUZ PARA
LIBERTAR
ESCRAVIZADA QUE
HAVIA FUGIDO DE
MOGI-MIRIM PARA
SANTOS (SP, 1884)

22

23

24

MORRE O
ABOLICIONISTA
LUÍS GAMA.
MAIOR FUNERAL
DA HISTÓRIA
DE SÃO PAULO
(1882)

25

INSURREIÇÃO
EM CACHOEIRA.
A RAINHA
NEGRA COMBATE
ATÉ A MORTE
(BA, 1826)

26

27

28

29

30

"MOTIM DAS
MULHERES DE
MOSSORÓ" CONTRA
O RECRUTAMENTO
FORÇADO PARA O
EXÉRCITO (1875)

31



**Srs. escravocratas,
Perante o direito é justificável
o crime de homicídio
perpetrado pelo escravo,
na pessoa do senhor.**

Muitas são as formas de lutar pela liberdade. No Brasil imperial, algumas foram travadas no campo de batalha, outras nos quilombos, algumas no fogo e no açoite das revoltas, e outras no silêncio das fugas. Luiz Gama, por sua vez, usou a habilidade com as palavras para tomar parte nessa guerra. Mas não palavras delicadas, não argumentos bem-comportados

que pediam “por favor” aos senhores de escravizados. Gama usou as palavras como se fossem facas, afiadas o suficiente para cortar as correntes da escravidão e atravessar a garganta da monarquia.

Pra quem vive na guerra, a paz nunca existiu. Assim foi a vida de Luiz Gama desde o começo. Nasceu em 1830, na Bahia, filho de uma mulher que, segundo ele próprio, participou ativamente da organização de revoltas escravistas: Luiza Mahin, uma africana da etnia nagô que teria atuado na Revolta dos Malês (1835) e na Sabinada (1837). Seu pai, um fidalgo português falido a quem nunca quis nomear, o vendeu como escravo quando ele tinha 10 anos, após perder dinheiro no jogo. Luiz Gama foi comprado no Rio de Janeiro e levado para ser revendido em São Paulo, mas foi continuamente recusado por muitos por ser baiano, sinônimo de sedição e insubmissão na época. Em função

disso, passaria os próximos anos como escravo doméstico e depois de ganho, em Lorena.

A sorte de Gama começou a mudar quando, por acaso, teve a chance de aprender o alfabeto com um estudante de Direito que frequentava a casa de seu senhor. Assim que conheceu as letras, Luiz Gama já as manipulou pela

liberdade: ensinou os filhos do senhor a ler, barganhando sem sucesso por sua emancipação. Esse conhecimento também foi suficiente para que ele descobrisse que sua escravização era ilegal, pois havia nascido livre. Aos 18 anos, fugiu, alistou-se ao exército e assim recuperou sua liberdade. Já fora do exército, onde foi seguidamente apontado como insubmisso, sofreu racismo de seus colegas de elite da Faculdade de Direito da USP, mas provou ser capaz de advogar obtendo uma licença anos depois. De um jovem autodidata que vendia cartas e documentos na rua para sobreviver, Gama tornou-se um intelectual feroz, advogado respeitado e um dos mais implacáveis inimigos do sistema escravista brasileiro.

Se o Direito era um campo de batalha, Luiz Gama era nele um líder subversivo. Libertou mais de 500 pessoas escravizadas na justiça, sem diploma formal, mas com um conhecimento da legislação imperial muito superior ao de muitos advogados formados. Seu principal argumento jurídico era a aplicação da Lei de 1831, que proibia o tráfico de africanos para o Brasil, mas que nunca foi respeitada. Fazendo viva a letra morta da lei, Gama alegava que qualquer pessoa traficada após essa data deveria ser considerada livre. Para ele, a escravidão era, acima de tudo, um crime, um roubo de corpos e vidas.

Sua perspectiva do Direito, como arma na mão dos subalternizados e não como escudo pros poderosos, causou pavor entre escravocratas,

que viam suas palavras como uma incitação à insurreição. Spoiler: de fato eram. Gama não apenas defendia os escravizados nos tribunais, mas os instruía a resistir e fugir e facilitava o quanto era possível esse processo.

Nos anos 1860 iniciou sua carreira, defendendo em 1869 a maior ação coletiva de libertação de escravizados conhecida nas Américas. Ao longo dos anos de advogado, Gama enfrentou juízes corruptos, advogados coniventes e políticos covardes. Em um de seus casos mais famosos, trocou farpas nos jornais com Rafael Tobias de Aguiar, filho do famoso pai da ROTA, que mandara punir seu cliente Nicolas por sua “mania emancipadora”, mesmo sendo ele liberto através de inventário. Em outra ocasião, o juiz do caso se recusava a reconhecer um homem como livre, mas Gama forçou a decisão a seu favor. Esses casos geraram revolta entre a elite paulista, mas consolidou sua fama como um advogado inabalável. Em mais de uma ocasião, Luiz Gama enfrentou juízes da Corte de São Paulo que se recusavam a reconhecer pedidos de alforria, denunciando publicamente magistrados e expondo sua parcialidade nos jornais. Sua capacidade de usar a imprensa como uma arma afiada era notável, ele ridicularizava juízes corruptos e desmoralizava seus oponentes publicamente.

Luiz Gama entendia que, no Brasil do século 19, a luta contra a escravidão não poderia ser vencida apenas nos tribunais. A imprensa

era sua segunda trincheira. Ele escreveu para vários jornais, incluindo *Diabo Coxo*, *Correio Paulistano*, *Radical Paulistano* e *Cabrião*, nos quais atacava a hipocrisia da elite escravista e defendia ações mais enérgicas contra o regime de escravização. Em seus artigos, Gama expunha a corrupção do sistema judiciário, os absurdos da legislação imperial e a cumplicidade da monarquia com o tráfico negreiro. Seu humor era ácido. Ele zombava da elite, ridicularizava escravistas e denunciava os “abolicionistas de gabinete”, que preferiam debater a escravidão em salões chiques enquanto os negros continuavam acorrentados. Como sempre, os boy conhecendo a teoria, as pessoas oprimidas ensinando a prática.

Seu ataque contra o Império dos senhores era tão incisivo que ele chegou a ser acusado de incentivar revoltas escravas. E ele não negava. A famosa declaração de “toda pessoa escravizada que mata seu senhor atua em legítima defesa” simbolizava uma afronta direta à legislação do Império, que punia com pena de morte qualquer escravizado que se rebelasse contra seu senhor. Para Gama, essa lei não era apenas injusta — era ilegítima.

Além de advogado e jornalista, Luiz Gama também foi poeta. Em 1859, publicou *Primeiras Trovas Burlescas*, um livro de poesia satírica que ironizava a sociedade escravista. Inspirado por Gregório de Matos, usava a sátira como ferramenta de combate.

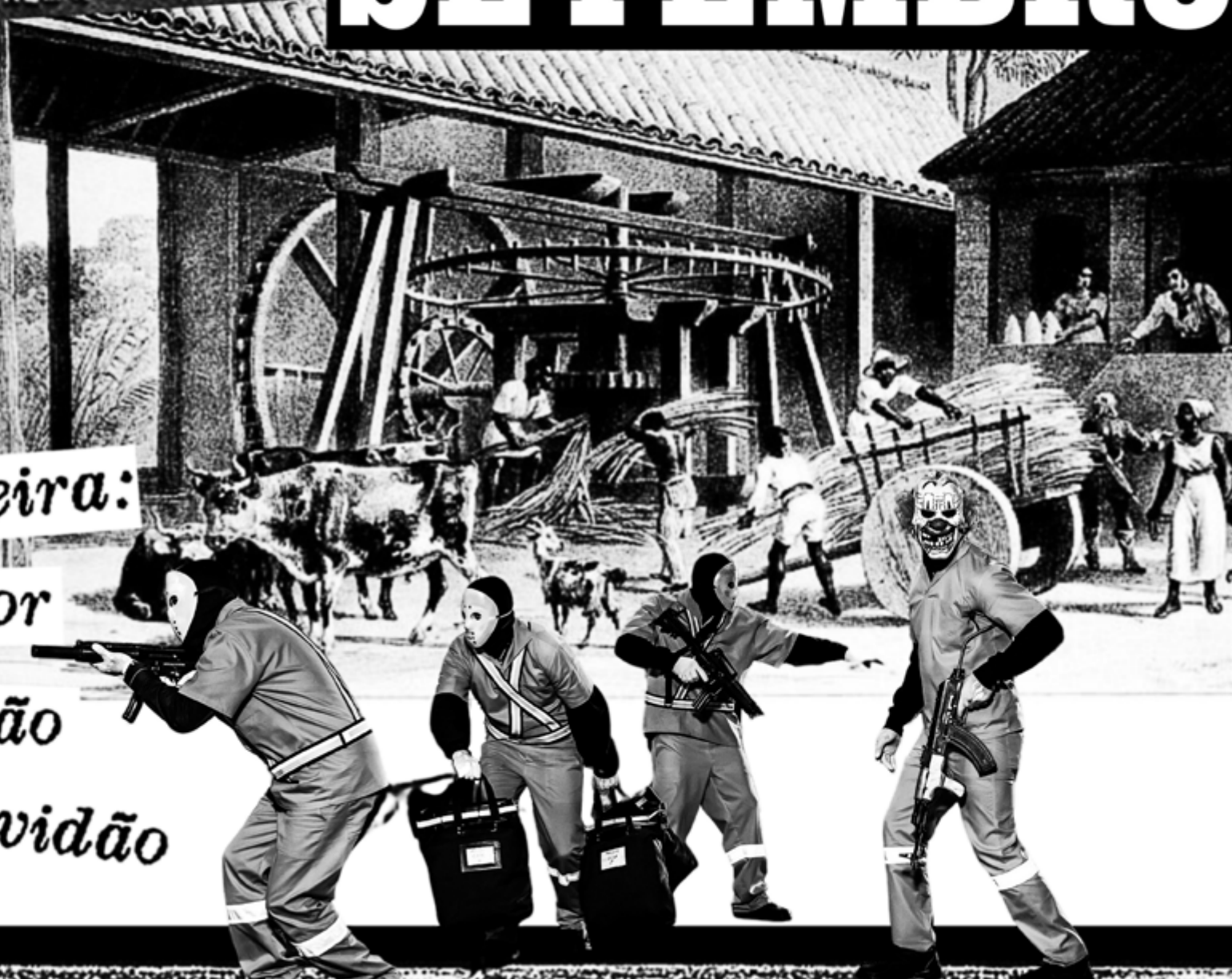
A obra, porém, não foi bem recebida pela elite. Seu humor e sua crítica ao racismo fizeram com que o livro fosse censurado. Mas isso não o impediu de continuar escrevendo. Seus poemas circularam clandestinamente e se tornaram referência na literatura de resistência negra.

Luiz Gama morreu em 24 de agosto de 1882, seis anos antes da abolição da escravatura. Seu funeral reuniu mais de 4.000 pessoas em São Paulo, algo impensável para um negro, ex-escravizado e radical na época. A cidade parou para homenageá-lo. Mesmo assim, hoje poucos territórios na cidade relembram sua existência. Relatos de testemunhas diziam se tratar do maior evento público vivido em São Paulo até então, outros descreviam que o cortejo foi acompanhado pelo bater de palmas ritmado dos milhares de pessoas escravizadas, libertas e livres presentes.

Por muito tempo, Luiz Gama foi retratado como um “legalista”, um homem que acreditava na justiça do Império. Visão desconstruída contemporaneamente por pesquisadores que argumentam que ele usava as leis não porque acreditava nelas, mas porque serviam de armas dentro de uma guerra maior contra o regime escravista. Seu objetivo nunca foi “reformular” a escravidão — era destruí-la. Apesar de usar a palavra, o Direito e a imprensa como suas ferramentas, Luiz Gama não foi um pacifista ou um reformador. Pelo contrário: desde jovem ocupou lugares, constrangeu os de cima e venceu os escravistas em seu próprio campo de batalha.

DIANTE DESTA PORTA FOI
SEPULTADO A 25 DE SETEMBRO
DE 1849, LUCAS EVANGELISTA
(LUCAS DA FEIRA)
PAZ À SUA ALMA

SETEMBRO



*Lucas da Feira:
banditismo por
uma questão
de escravidão*

D

S

T

Q

Q

S

S

1

2

EXPEDIÇÃO
CONTRA O
QUILOMBO
BURACO DO
TATU, PRÓXIMO
A SALVADOR
(BA, 1763)

3

4

5

6

O LÍDER NEGRO
MANOEL CONGO
É ENFORCADO
EM VASSOURAS
(RJ, 1839)

7

CONFERÊNCIA
ABOLICIONISTA
EM CAMPOS É
CERCADA POR
MILITARES
(RJ, 1884)

8

9

10

11

12

ORGANIZADA A
DIVISÃO DOS
LANCEIROS
NEGROS, DURANTE
A GUERRA DOS
FARRAPOS (1836)

13

14

15

16

17

18

TROPAS DO
REVOLUCIONÁRIO
NEGRO PEDRO DA
SILVA PEDROSO
DERRUBAM O
GOVERNO DE
PERNAMBUCO (1822)

19

LETÍCIA,
QUERUBINA,
CECÍLIA E
VIRGÍNIA MATAM
A SENHORA QUE
AS TORTURAVA,
EM CAMPOS
(RJ, 1873)

20

ENFORCAMENTO
DE CHAGUINHAS
(SP, 1821) /
ENFORCAMENTO
DE COSME BENTO
(MA, 1842)

21

22

23

EXPEDIÇÃO
CONTRA O
QUILOMBO DO
OROBÓ, EM
ITABERABA
(BA, 1796)

24

REPRESSÃO AO
QUILOMBO DA
SERRA DOS
ÓRGÃOS, TEMOR
DE UM NOVO
PALMARES NO
RIO DE JANEIRO
(1699)

25

EXECUÇÃO DE
LUCAS DA
FEIRA, QUE
ENFRENTOU A
ESCRavidÃO
COM
BANDITISMO
(BA, 1849)

26

27

28

LEI DO VENTRE
LIVRE, PRIMEIRA
LEGISLAÇÃO NO
SENTIDO DE
ABOLIR A
ESCRavidÃO NO
BRASIL (1871)

29

30

DIAS DE LIBERDADE,
NÃO MISERICÓRDIA

Lucas Evangelista dos Santos, mais conhecido como Lucas da Feira, nasceu em 1807, na então Vila de Santana da Feira, atual Feira de Santana, Bahia. Filho de pais africanos escravizados, desde cedo foi submetido aos rigores do trabalho forçado na sociedade onde a escravidão era a espinha dorsal da economia e das relações sociais. Embora os registros históricos o tenham muitas vezes caracterizado como um bandoleiro cruel, sua biografia deve ser compreendida dentro de um contexto de luta pela liberdade, onde a fuga e a insurgência eram as alternativas viáveis ao cativeiro.

No início do século 19, Feira de Santana era um ponto estratégico de comércio e circulação de mercadorias na Bahia. Situada entre o Recôncavo Baiano e o Sertão, a vila funcionava como um centro de abastecimento para Salvador e outras localidades, e escravizava pessoas na produção e circulação de mercadorias. A encruzilhada das encruzilhadas, onde tudo se encontrava e seria encontrado. Esse fluxo intenso favorecia tanto o tráfico negreiro interno, com a movimentação de escravizados entre fazendas e cidades, quanto as tentativas de fuga e resistência.

Lucas Evangelista foi feito propriedade de padre José Alves Franco, um dos três senhores que ao longo da juventude o tiveram escravizado. Como outros, Lucas cresceu submetido a trabalho árduo e violência sistemática. Sua busca por liberdade começou ainda na

juventude, culminando com sua fuga do cativeiro e, logo, associação a outros criminosos e inocentes que optaram por virar bandidos pra poder comer um pedaço de pão todo fodido.

Por volta de 1827, aos 20 anos, Lucas fugiu de seu senhor e se refugiou nas matas da região, onde encontrou outros escravizados fugitivos e indivíduos marginalizados pela sociedade. A formação do seu bando foi um processo duramente conquistado nesse contexto, no qual escravizados libertos, desertores e criminosos se uniam para sobreviver fora da lei.

Ele não foi, portanto, um caso isolado. Lucas tomou parte em um fenômeno maior de resistência, praticado por grupos identificados como “comunidades volantes” [ver janeiro]. Essas comunidades eram formadas por negros fugidos, libertos e marginalizados, organizando-se em territórios livres às margens do poder, representando uma ameaça real ao projeto de construção da nação brasileira, ainda em formação. Comuns na época, essas comunidades se tratavam mais de um rótulo político do que uma descrição geográfica. Compostas por pessoas que se deslocavam constantemente para fugir da repressão, vivendo de forma semi-autônoma e sobrevivendo por meio de comércio informal, saques e pequenos cultivos, esses grupos eram vistos como uma ameaça direta ao controle social, e se defrontando com o Estado imperial, que passa a adotar medidas cada vez mais repressivas.

Movimentando-se constantemente entre Feira de Santana, Santo Amaro e Cachoeira, e utilizando cavernas e matas fechadas como esconderijos, o grupo de Lucas não só praticava assaltos contra fazendas, mercadores e viajantes, mas também promovia ações de resistência, atacando propriedades e libertando cativos, prática comum no presente e passado do sertão. Os ataques eram planejados e se concentravam ao longo das estradas comerciais, aproveitando o conhecimento da geografia local para emboscar suas vítimas e desaparecer rapidamente.

Como a relação com o território demonstra, a identidade de Lucas da Feira está profundamente ligada às tradições culturais da região de Feira de Santana. Lucas não apenas sobreviveu, mas criou possibilidades de luta ao incorporar estratégias e táticas de guerrilha que remetem às práticas de resistência herdadas das populações indígenas Paiaíás e de populações africanas, como os quilombolas Banto. Seu conhecimento das matas e seu uso de rotas alternativas para escapar das autoridades eram heranças diretas dessas práticas espaciais. Além disso, a capacidade de Lucas de formar alianças e redes de proteção dentro das comunidades mais marginalizadas foi essencial para sua sobrevivência por tanto tempo.

Subindo morro, ladeira, córrego, becos e favelas, Lucas estabeleceu uma rede de apoio entre moradores das periferias e quilombos escondidos na região. Em troca de proteção e mantimentos,

ele oferecia segurança e, em alguns casos, parte dos saques. A elite rural e os comerciantes passaram a temê-lo enquanto entre as pessoas negras escravizadas ele era um símbolo de rebeldia e esperança.

Além disso, os jornais da época - e boa parte da literatura posterior - ajudaram a construir a imagem de Lucas como um monstro, chamando-o de “facínora”, “degolador” e “assassino cruel”. No entanto, esses relatos eram claramente influenciados pela perspectiva da elite escravocrata, que via qualquer ato de resistência negra como um perigo ao seu poder. Apesar da luta de Lucas da Feira e seu bando ser enquadrada como criminalidade violenta, ela deve ser entendida como parte da resistência escravizada contra um sistema brutal. O Código Penal do Império de 1830, inspirado nas legislações escravistas dos EUA, estabelecia penas severas para qualquer escravizado que tentasse buscar sua liberdade pela força. De acordo com o artigo 113 desse Código, qualquer reunião de vinte ou mais escravizados para lutar por liberdade era considerada insurreição e punida com pena de morte no grau máximo. Essa criminalização da resistência negra justificava o uso extremo da força para combater grupos como o de Lucas, demonstrando o tamanho do desafio que os bandidos representavam para a Ordem.

O auge da atuação de Lucas aconteceu em 1842, quando seus ataques se intensificaram,

desafiando ainda mais as autoridades. Esse período marcou o início da maior repressão contra seu grupo, tornando-o prioridade nas listas de criminosos mais procurados da Bahia. O evento mais emblemático desse ano ocorreu quando Lucas e seu bando invadiram o distrito de São Gonçalo dos Campos, nas proximidades de Feira de Santana. O ataque foi minuciosamente planejado, e executado com violência, resultando na morte de feitores e autoridades locais. Além dos saques, diversas pessoas escravizadas foram libertadas, ampliando o prejuízo dos senhores e a perseguição contra o bando. A repercussão desse ataque gerou pânico entre os senhores de terras e comerciantes, que passaram a pressionar o governo provincial para intensificar os esforços de captura.

Outro golpe marcante foi o assalto a uma comitiva de comerciantes que se dirigia à vila de Feira de Santana. Lucas e seu grupo interceptaram os viajantes no caminho, levando todos os pertences de valor, mas deixando-os vivos. Esse episódio ajudou a construir a aura de invencibilidade que cercava Lucas.

Após os eventos de 1842, a polícia provincial organizou uma das maiores operações já realizadas na Bahia para capturar Lucas. Patrulhas foram formadas e milícias privadas compostas por fazendeiros e capangas atuaram em conjunto com as forças do governo. A polícia atrás deles e eles no rabo dela.

A geografia acidentada da região baiana e o apoio de populações marginalizadas dificultaram sua captura, até que, após mais de duas décadas de resistência, Lucas da Feira foi capturado em 1848, traído por um ex-companheiro de bando que revelou sua localização em troca de perdão. Sua prisão foi celebrada pelas autoridades e sua condenação foi tratada com grande alarde. Preso e levado para Feira de Santana, Lucas foi mantido sob forte vigilância. O julgamento foi um evento público, acompanhado por curiosos e fazendeiros que queriam ver o desfecho da história do homem que havia desafiado o sistema por tanto tempo.

Julgado sob diversas acusações, incluindo roubo, assassinato e estupro, o baiano recebeu uma sentença “exemplar”: pena de morte por enforcamento. O governo imperial queria transformar sua execução em um aviso claro para todos os escravizados que pudessem sonhar com a liberdade. Foi então que, em 25 de setembro de 1849, Lucas foi enforcado publicamente na Vila de Feira de Santana. Seu corpo foi exposto como uma demonstração de poder do Estado e aviso para a população negra.

Após sua execução, no entanto, Lucas da Feira tornou-se mais vivo do que nunca na forma de figura mítica. Para a elite branca, ele foi descrito como um criminoso impiedoso, mas para muitos negros e descendentes de escravizados, ele se tornou um símbolo de resistência. E o que ele falava, outros hoje ainda falam.

EXÓDUS

Escravos fugidos

ANNUNCIOS.

DESAPARECEO dos Carros, no dia 2 do corrente mez de junho um par-dinho claro, idade 12 annos represen-tando menos, escravo do major José Maria Gavião Peixoto.

100.000 rs.

Fugio em Setembro de 1878 o escravo de n.º Clementino, per-tencente a Olympio e inheiro da Sil-va

Escravo fugido

No dia 8 de Outubro do anno proximo passado fugio da fazenda do Bom Retiro, pro-priedade do dr. Francisco Antonio de Araujo o escravo José

Escravos fugidos

Fugiram da fazenda do tenente-coronel José Luiz Borges, do municipio do Rio Claro a 18 de Janeiro do corrente anno os escravos se-guintes:

Fugiram

da fazenda da Boa Vista de Pirassununga no dia 30 do corrente os escravos seguintes:

ESCRAVA FUGIDA

Desappareceu d'esta cidade em 9 de junho do corrente anno, a escrava Felicidade



FUGIU a Joaquim Domingues Corrêa na cidade de Campinas um escravo de nome Augusto com os signaes seguintes

FUGIO a Antonio Januario Pinto Ferraz da cidade de Campinas um mulato, de nome Antonio

Escravo fugido

Fugio de Julio Cesar do Cerqueira Leite o escravo Gabriel, com os signaes seguintes: mulato claro, ca-bello corrido, bonito, idade 17 annos mais ou menos; foi comprado ao sr. dr. Alfredo Villa de S. Paulo. Gravilica-se gen. roalmente a quem entregar a seu se-nhor fugiu sua fazenda perto da estação da Vallinhos, ou em Campinas ao dr. Gorgo de Miranda, na estação de S. Carlos ao Olegario Cesar, e em um cavallo e d'rd

OUTUBRO

ÊXODO DE CAPIVARY

D

S

T

Q

Q

S

S

DIAS DE LIBERDADE,
NÃO MISERICÓRDIA

1

2

3

4

EM ITAPIPOCA,
MULHERES DESTROEM
OS DOCUMENTOS DO
ALISTAMENTO
MILITAR (CE, 1875)

5

6

REBELIÃO NO
PRESÍDIO DA ILHA
DAS COBRAS, ONDE
ESTAVAM PRESOS
DIVERSOS REBELDES
(RJ, 1831)

7

8

FUNDAÇÃO DO CLUBE
DO CUPIM,
ASSOCIAÇÃO SECRETA
QUE PROMOVEU FUGAS
(PE, 1884)

9

INSURREIÇÃO
ESCRAVA,
IMPULSIONADA PELA
ABOLIÇÃO NOS EUA
(MG, 1864)

10

11

12

13

14

15

COMBATE ENTRE
PORTUGUESES E
TAMOIOS (RJ, 1565)

16

INSURREIÇÃO
ESCRAVA E ENGENHOS
INCENDIADOS EM
COTEGIPE (BA, 1829)

17

18

19

O POETA ANTONIO
JOSÉ DA SILVA,
NASCIDO NO RIO
DE JANEIRO, É
QUEIMADO NA
FOGUEIRA PELA
INQUISIÇÃO, EM
LISBOA, ACUSADO
DE SER JUDEU
(1739)

20

ATAQUE POLICIAL
AO ÊXODO DE
CAPIVARI, FUGA
EM MASSA DE
ESCRAVIZADOS DO
INTERIOR
PAULISTA PARA
SANTOS
(SP, 1887)

21

REVOLTA CONTRA A
ESCRavidÃO NO
ENGENHO DE SANTANA,
EM ILHÉUS (BA, 1602)
/ LEVANTE DOS
PERIQUITOS,
EX-SOLDADOS DA
GUERRA DE
INDEPENDÊNCIA, EM
SALVADOR (BA, 1824)

22

252 PRESOS SÃO
SUFOCADOS ATÉ A
MORTE POR UM
MERCENÁRIO DE
PEDRO I (PA, 1823)

23

24

25

APULCHO DE CASTRO
É ASSASSINADO POR
MILITARES, REVOLTA
NO RIO DE JANEIRO
(1883)

26

27

28

29

30

31

Barracos de zinco e madeira nas escarpas da montanha, entrecortados por zonas de mata e a fumaça dos fornos, na cidade de Santos, compunham a paisagem do maior quilombo que o estado de São Paulo já viu. A história do Quilombo do Jabaquara, erguido onde hoje é o Morro de São Bento, foi analisada por Clóvis Moura, que considera sua existência como de alguma forma subordinada ao movimento abolicionista das elites esclarecidas do município.

Isso porque o Jabaquara de fato contou com a liderança de Antônio Bento e seus caifazes, que articulavam fugas de pessoas de todos os cantos da Província, facilitado pelo seu prestígio local, os canais de comunicação que as ferrovias destravaram e contexto de deterioração da dominação escravista em sua última década.

Esse tal “abolicionismo” que supostamente partia de cima para baixo tinha na verdade o sentido contrário. Prudente de Moraes, por exemplo, uma das figuras mais importantes do republicanismo paulista, é considerado um abolicionista. Suas raízes remontam ao oeste cafeicultor, Piracicaba e Itu, e seu pai foi morto por um escravizado, em 1843. Em certa sessão da Assembleia, o então deputado, ao comentar uma matéria referente ao orçamento, menciona uma “onda negra” que tomava conta das fazendas do médio Tietê: em um curto período de tempo, houveram quatro revoltas, sendo uma “no Município de Capivari, [onde] os escravos do Sr.

Joaquim Fernando Paes de Barros sublevaram-se contra o administrador e o assassinaram”.

Ora, seu abolicionismo era pautado pela pressão das pessoas escravizadas, mas também pela necessidade de “braços para a lavoura”, por isso também encampou e buscou financiar o fluxo migratório europeu. Por sua vez, Antônio Bento, também formado na Faculdade de Direito e burocrata, era muito mais radical, seja via imprensa com seu jornal “A Redenção” ou pela já citada rede de apoio às fugas. Por outro lado, se é verdade que a logística e a agitação do movimento abolicionista criou uma estrutura de asilo e defesa jurídica aos fugitivos, o ônus ainda continuava nas costas de quem se rebelava, que poderia ser processado e condenado até à pena de morte.

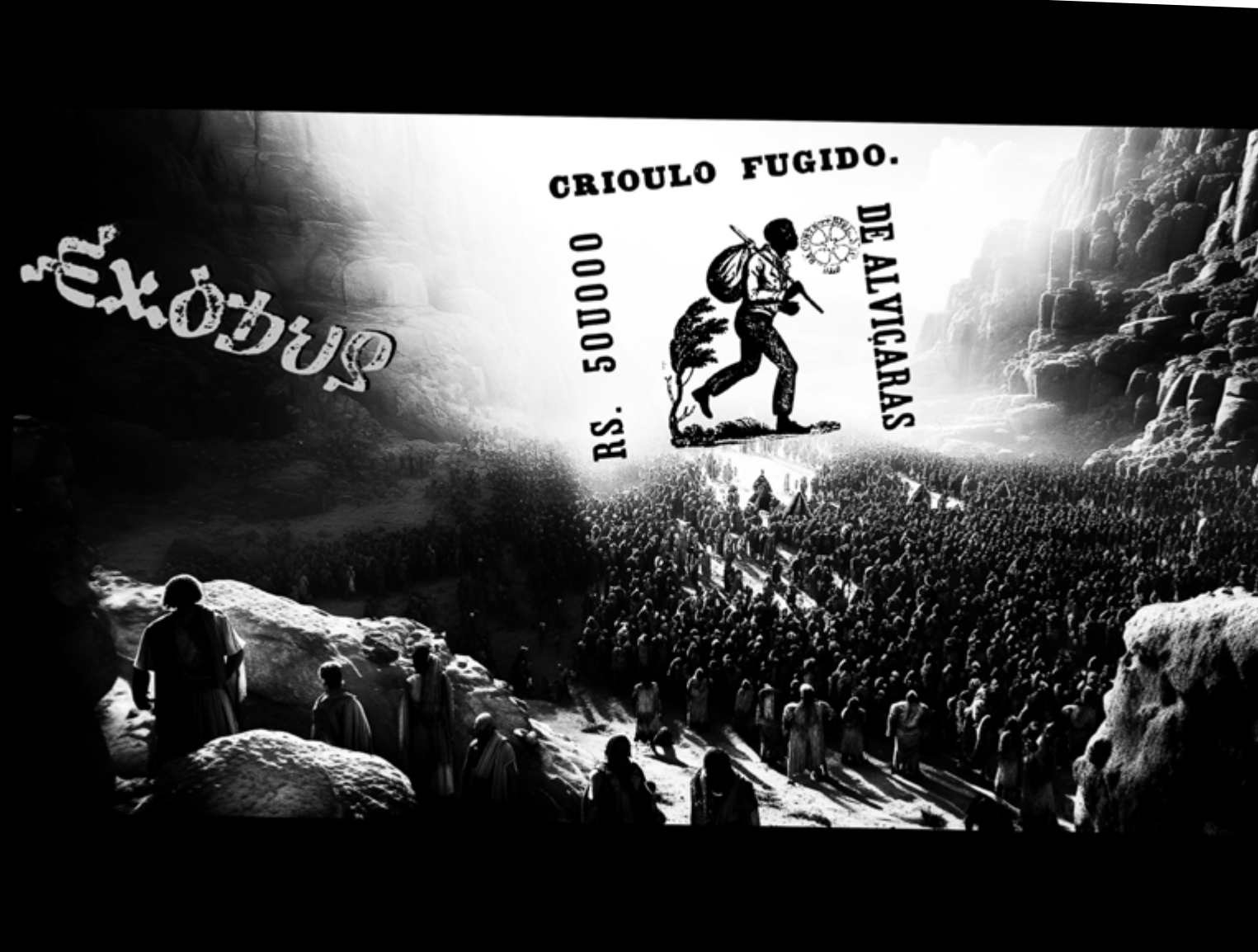
Em fins de outubro de 1887, um grupo de pelo menos 50 pessoas escravizadas “anarchistas”, assim chamadas pelo Correio Paulistano, fugiram das fazendas de Capivari, então pertencente ao município de Jundiá. No caminho, se municiaram, encheram ainda mais suas fileiras e despacharam as forças públicas de Itu, com uma morte de cada um dos lados. A digníssima sociedade escravista entrou em sobressalto. O “êxodo de Capivari” se destinava à Santos, ao Jabaquara, e isso era conhecido por todos.

Tratou a polícia então de montar uma arapuca na Serra do Mar, em Cubatão. Quando a longa marcha caminhava em meio às matas, sob

condições difíceis quanto aos mantimentos e possivelmente com feridos, veio o ataque da força pública. Um homem de nome Pio guiava os libertos. No encontro com os marchantes, houve uma grande troca de tiros. Preto Pio, já esperando o ataque rival e em um ato de sacrifício, organizou a divisão dos homens, chamou a atenção da polícia para atacá-lo, enquanto outros passavam pelo mato.

Preto Pio foi assassinado pelo Estado ali mesmo, enquanto treze companheiros foram acorrentados e levados para São Paulo. Ali, no Largo do Palácio, uma “turba de homens negros” se juntaram, atacaram os praças e tentaram libertar os aprisionados, o que revela a ousadia do movimento abolicionista de então. Felizmente, vinte pessoas conseguiram alcançar o quilombo do Jabaquara.

Lá, destacava-se a figura de Quintino de Lacerda, central no abolicionismo santista, grande articulador desse território livre, e que viria a ser o primeiro vereador negro do Brasil. Chegados ao quilombo, os libertos certamente não tinham vida fácil, podendo se ocupar no trabalho da terra ou descer até o porto. O Jabaquara não era o único quilombo de Santos — também é notável a existência do quilombo do Pai Felipe, no atual bairro de Vila Matias, gerido pelas próprias pessoas escravizadas e com batuques memoráveis.



O quilombismo paulista de fins da década de 1880 foi o empurrão que derrubou o carcomido prédio do escravismo, como se vê no êxodo de Capivari e na luta de figuras como Preto Pio, do qual se sabe muito pouco. A memória desses quilombos, documentalmente difusa (afinal, devia-se agir nas sombras), deve ser cultivada não só pela perspectiva do “tributo aos heróis”, mas também do ponto de vista de sua complexa organização, material que nos apresenta uma grande contradição da histórias das pessoas espoliadas: a dimensão do segredo.

A polícia que massacrava pessoas que tentavam se libertar em Cubatão repetia os atos dos perseguidores dos hebreus que escaparam da escravidão no êxodo bíblico. Alegadamente cristãos, como também são os milicos da atualidade, policiais encenam cotidianamente o papel de escravizadores e assassinos a mando dos beneficiários do cativeiro. Não é de hoje que canalhas fardados cospem em Jesus e revivem narrativas bíblicas do lado oposto ao da libertação dos oprimidos.

Dizem, estes índios que seos antepassados habitavam o território das actuaes comarcas de Castro e Guarapuava

mas foram vencidos, dizem elles, em um grande combate onde perderam muita gente

agora estamos em mta cautella pr qe temos hua nação inteira desses qe sepegou contra nós qe tenhamos prometido nos matarem todos

"Quem quiser viver como as pedras, que não morrem, vá para casa"

(cacique Tandó,

história oral dos Kaingang)

NOVEMBRO

RESISTÊNCIA KAIKANG

D

S

T

Q

Q

S

S

DIAS DE LIBERDADE,
NÃO MISERICÓRDIA

X

DECRETADO O
EXTERMÍNIO E
ESCRAVIZAÇÃO DOS
KAINGANG (1808) /
ATAQUE KAINGANG
À EXPEDIÇÃO DO
BARÃO DE ANTONINA
(1846)

1

QUILOMBOLAS DE
CABO FRIO MATAM
PROPRIETÁRIO DE
TERRAS (RJ, 1805)

2

3

4

5

6

ECLODE EM PATY DO
ALFERES A REVOLTA
DE MANOEL CONGO
(RJ, 1838)

7

INÍCIO DA SABINADA
(BA, 1837) / INÍCIO DA
PRAIEIRA (PE, 1848)

8

EXECUÇÃO DOS
REBELDES DA
REVOLTA DOS
BÚZIOS (RJ, 1799)

9

10

11

GUARANIS
TOMAM CANOAS
PORTUGUESAS NO
PASSO DO JACUÍ
(RS, 1754)

12

13

14

DERROTA DOS
FARROUPILHAS
E TRAIÇÃO AOS
LANCEIROS NEGROS
NO MASSACRE DE
PORONGOS
(RS, 1844)

15

GUERREIROS DO
QUILOMBO DO URUBU,
EM CAJAZEIRAS,
ATACAM FAZENDAS
NO CABULA,
SALVADOR (BA, 1826)

16

17

18

19

MASSACRE DE
LIBERTOS QUE
PROTESTAVAM
CONTRA A AMEAÇA
DE REESCRAVIZAÇÃO
(MA, 1889)

20

APÓS UM SÉCULO DE
LUTAS, PALMARES É
DESTRUÍDO E ZUMBI
ASSASSINADO
(AL, 1695)

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Em novembro de 1808, o governo português decretou que os Kaingang seriam exterminados. Em outro novembro, 38 anos depois, os Kaingang atacavam uma expedição para tomada de suas terras. Decidiram, como tantas outras vezes em sua história, que não seriam varridos do mundo.

“Reduzir”, “evangelizar”, “tonar civis”, “civilizar”, “pacificar”: ao longo de séculos foram palavras como estas que o colonialismo justificou a espoliação dos povos indígenas,

com extermínio, destruição intencional de línguas, religiões e culturas, tomada de terras, estupro e escravização de sobreviventes. Palavras em muitos casos atualmente em uso, justificando o injustificável há cinco séculos. A “pacificação” de populações com cultura e costumes violentos, belicosos, *bárbaros* segue justificando as chacinas de periferias

urbanas com a mesma hipocrisia dos matadores de indígenas coloniais. “Pacificador” foi o apelido dado ao covarde Duque de Caxias quando exterminou populações rurais racializadas que haviam se rebelado no Maranhão durante a Balaiada. Exemplos não faltam da falsidade da paz dos colonialistas.

Contra os velhos e novos cativéis, acreditamos na paz entre nós e na guerra ao sistema. Mas não devemos nos perder na concepção de que há uma luta do “bem contra o mal”, onde pessoas complexas e únicas encenam os papéis da vítima inocente e do rude agressor.

Se nem hoje é assim, que vantagem teríamos em transportar nossa descalibrada bússola moral para a investigação do passado e para povos tão distintos de nós? O combate dos oprimidos por liberdade é bom, mas não é bombom.

Os Kaingang do sul do continente, do *Korambang-rê*, do *Guayra*, das margens do Tietê à fronteira com o Uruguai, apresentam-se na história como exímios lutadores. Em escavações arqueológicas do século passado neste território encontram-se pontas de projéteis bifaciais que caracterizam uma tradição denominada *Umbu*. Esses grupos de caçadores-coletores são os antepassados dos Kaingang, termo que denota um povo e também uma língua de raiz Macro-Jê, que vivia de maneira seminômade em seu território. Além da caça e da coleta, também praticavam uma agricultura subsidiária de responsabilidade feminina e do feitio de instrumentos de cerâmica e armas de madeira: *uy* (arco), *dou* (flecha), *urúgurú* (lança) e varapaus. A chefia era dispensável na maior parte do tempo, mas passou a ter protagonismo com a intensificação das lutas.

A colonização do litoral e suas áreas circundantes teve impacto reduzido na organização Kaingang até o século 18, e o planalto meridional brasileiro, do sudoeste paulista ao norte do Rio Grande do Sul, permanecia uma área hostil ao colonizador. As fazendas de engorda de gado que ficavam no meio do caminho entre os pampas e a zona



do ouro das Minas Gerais marcam a primeira invasão das terras Kaingang e foram alvos recorrentes de sua resistência, assim como as tropas de muares que passavam nas estradas. Ao matar aqueles que eram tidos como invasores, os Kaingang abandonavam as armas sobre as vítimas como marca de seu feito.

Pressionados e ávidos na busca por terras do interior, colonos organizaram expedições nos moldes bandeirantes, compiladas e bem descritas pelo historiador Lúcio Tadeu Mota. A primeira delas, chefiada por Afonso Botelho, em 1768, consistiu em uma série de onze incursões com dezenas de sertanistas, com o fim de *“invadir o dito sertão, e aplicar os meios mais possíveis para reduzir a estes bárbaros, e entrarem no grêmio da Igreja a adorarem ao verdadeiro Deus e se fazerem civis”*. Desconfiados da concórdia cristã, os Kaingang frustraram os planos dos sertanistas com uma série de emboscadas, cercos, tentativas de envenenamento, destruição dos suprimentos e confrontos diretos. Restou aos bandeirantes a retirada estabaneada dos *Koran-bang-rê*.

Pouco se sabe sobre as baixas Kaingang nesse momento, e só é possível conjecturar acerca do impacto das doenças dos ditos civilizados. Não só as expedições foram derrotadas, como mesmo pequenos posseiros eram afastados das terras livres. Assim, as intenções coloniais foram rechaçadas por mais 40 anos. Mas vieram outros tempos, a Corte portuguesa

transferiu-se para o Brasil e tratou de enfrentar a questão de um território que julgava ser seu. Abandonou a guerra contra Napoleão e abriu novas frentes de combate. Em outra edição do Calendário (2022, maio), falamos da declaração de guerra da coroa dos Bragança contra os Aimorés do atual Espírito Santo que cercaram a cidade de Vitória. Inclinação a atacar os povos indígenas, a Monarquia empreendeu ofensiva também contra os Kaingang dos “campos de Curitiba e Guarapuava”.

Em carta endereçada ao governador da Província de São Paulo, em 5 de novembro de 1808, o príncipe Pedro ordenou a criação de uma força para *“perseguir os mesmos Índios infestadores do meu território”*. Para incentivar a participação nas milícias, ofereceu sesmarias e direito de escravização aos conquistadores, pois *“qualquer morador que segura algum destes Índios, poderá considerá-los por quinze annos como prisioneiros de guerra”*. Sob tais ordens e promessas, partiram no ano seguinte cerca de 200 soldados, chefiados pelo Coronel Diogo Pinto de Azevedo, para desencadear uma grande guerra nos *Koran-bang-rê*.

Os nativos atacaram o acampamento *“com tal intrepidez”*, por meses; no entanto, a posição colonial parecia bem consolidada, e a operação foi tida como um sucesso. A defesa guerreira dos Kaingang, no entanto, continuou durante todo o século 19, segundo relatos amedrontados dos colonos de Guarapuava e Palmas, em que

pese o aldeamento de vários grupos que agora serviam à “pacificação” nos moldes do Império. Essa cisão gerou rivalidades violentas entre os povos Kaingang.

Durante estudos para a construção de uma ferrovia que ligasse o porto de Paranaguá ao Pacífico via Peru, em 1874, tamanha foi a ação indígena, que inviabilizou o projeto. Já na região do Oeste Paulista, indígenas frearam por muito tempo a ocupação de suas terras, que nas últimas décadas do século 19 e início do 20 eram desejadas pela monocultura cafeeira em rápida e destrutiva expansão. Para avançar, os capitalistas investiram na malha ferroviária. Saindo de Bauru, a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil foi marcada por um banho de sangue. A própria Companhia tratou de contratar “bugreiros” para massacrar os indígenas.

É muito comum a representação dos povos indígenas enquanto tipos vingativos, limitados à violência. Esse discurso colonial serviu muito enquanto justificativa para a pretensa “pacificação”, que facilmente se revela enquanto genocídio. Mas é inegável, entretanto, que a beligerância do povo Kaingang preservou seu território e suas terras até hoje existentes. Pois, já dizia Fanon, *“quaisquer que sejam as rubricas utilizadas ou as novas fórmulas introduzidas, a descolonização é sempre um fenômeno violento”*.

RESTAURANDO VIDA

O AMOR
DEUS
EXCEDE
TODA A
ENTENDIMENTO

CADEIA

Conto de GRACILIANO RAMOS
(Anedoto para O CRUZEIRO)

Campanha dos Injuzos:
— 13° antes do dia 13

Ultima Hora

Magalhães: — Brasil não
perderá batalha nuclear

**GOVERNO: - MARIGHELA É
O INIMIGO PÚBLICO Nº 1**

IMITANDO CARMEM MIRANDA A CAMINHO DA COLÔNIA

MADAME SATÂ

PRENDEU A ATENÇÃO DOS GUARDAS,
FACILITANDO A FUGA DE OUTROS PRESOS

DEZEMBRO

LAZARETO, COLÔNIA, PRESÍDIO

D

S

T

Q

Q

S

S

1

2

EM NOME DA
LIBERDADE DE
COMÉRCIO NO RIO
DOCE, É DECRETADA
A ESCRAVIZAÇÃO E
O EXTERMÍNIO DOS
"BOTOCUDOS" (1808)

3

4

5

6

7

CINCO PRESOS PELA
INSURREIÇÃO DE
QUEIMADOS FOGEM
DA CADEIA PARA UM
QUILOMBO (ES, 1849)

8

INSURREIÇÃO DE
ESCRAVIZADOS EM
SANTO AMARO E SÃO
FRANCISCO DO
CONDE (BA, 1816)

9

10

11

AS TROPAS DO
FUTURO DUQUE
DE CAXIAS
ATACAM O
QUILOMBO DE
MANOEL CONGO
(RJ, 1838)

12

13

TOMADA DA
CADEIA DA
VILA DA MANGA
DÁ INÍCIO À
BALAIADA
(MA, 1838)

14

15

16

17

COSME BENTO
DECRETA O FIM
DA ESCRAVIDÃO
NO CONTEXTO DA
BALAIADA
(MA, 1840)

18

19

EXPEDIÇÃO
CONTRA O
QUILOMBO DO
REI ANTÔNIO,
EM QUELUZ
(SP, 1884)

20

21

22

23

COMBATE ENTRE
COLONIZADORES
PORTUGUESES E
INDÍGENAS
LIDERADOS POR
MBAEPEBA
(SE, 1589)

24

TENTATIVA DE
INSURREIÇÃO
ESCRAVA EM
ROSÁRIO DO
CATETE
(SE, 1824)

25

TENTATIVAS DE
INSURREIÇÃO EM
ITU, SOROCABA E
SÃO CARLOS (SP,
1809) / TENTATIVA
DE LEVANTE EM
ALAGOAS E
PERNAMBUCO (1814)

26

27

28

29

30

31

X

ABERTURA DA
PRIMEIRA
INSTITUIÇÃO
PRISIONAL DE
ILHA GRANDE, O
LAZARETO. COMEÇA
A RESISTÊNCIA AO
CÁRCERE NA ILHA
(RJ, 1886)

DIAS DE
LIBERDADE, NÃO
MISERICÓRDIA



A Ilha Grande, com suas praias de águas cristalinas e trilhas exuberantes, oculta um passado menos bonito, em que o isolamento forçado foi a ferramenta preferida do Estado para lidar com aqueles que desafiavam ou simplesmente não se encaixavam na ordem social vigente. Por mais de um século, o território insular serviu para confinar aqueles que a sociedade brasileira classificava como indesejáveis: de imigrantes adoecidos a criminosos comuns, de presos “políticos” a ex-escravizados sem destino definido.

Inaugurado em dezembro de 1886, o Lazareto da Ilha Grande era oficialmente um hospital de quarentena para imigrantes que chegavam ao Brasil. Na teoria, o objetivo era proteger a população de possíveis epidemias. Na prática, tratava-se de um sistema arbitrário de confinamento sanitário, onde trabalhadores europeus considerados doentes ou indesejáveis eram isolados sem prazo definido. Alguns sequer estavam doentes, mas eram mantidos ali enquanto se decidia seu destino.

O uso da quarentena como desculpa para a segregação não foi casual. O Brasil, poucos anos antes da Abolição, vivia um momento de transição entre a escravidão e novas formas de controle populacional. Com a Lei Áurea prestes a ser assinada e a mão de obra imigrante se tornando a alternativa ao trabalho compulsório das pessoas negras, o Lazareto se encaixava bem no modelo de substituição da senzala pelo confinamento sanitário. Afinal, um Estado acostumado a lidar com sua força de trabalho por meio da coerção não faria diferente com os recém-chegados.

Aos poucos, o Lazareto foi assumindo funções cada vez mais repressivas. Durante a Revolta da Armada (1893-1894), por exemplo, tornou-se local de confinamento para prisioneiros ligados ao movimento. A mistura entre doentes e dissidentes deixava claro que o objetivo da Ilha Grande nunca foi apenas proteger a saúde pública – era também isolar convenientemente aqueles que representavam um risco ao status quo. Em 1913, o Lazareto foi oficialmente desativado, mas sua função como espaço de aprisionamento estava longe de acabar.

Após um período de abandono, o local foi transformado na Colônia Penal Cândido Mendes, em 1928, sob o pretexto de ser um espaço de reabilitação através do trabalho forçado. A essa altura, o Brasil já tinha oficializado o trabalho compulsório como parte do regime penal, utilizando-o para manter

viva a lógica da exploração que sustentou a escravidão. O sistema era simples: os prisioneiros deveriam “se regenerar” pelo esforço físico, sendo obrigados a trabalhar na agricultura, na construção civil e em outras atividades de interesse do Estado e de particulares. Tudo isso sem remuneração digna ou qualquer possibilidade real de reinserção social ao fim da pena. Para além do castigo físico e da disciplina, esse modelo de colônia penal era uma forma de garantir a continuidade da exploração da mão de obra negra e pobre, que não mais podia ser vendida, mas continuava disponível para ser explorada.

A reclusão compulsória era também um experimento social: testar até onde um modelo carcerário poderia ser usado para substituir a escravidão sem que se chamasse isso de escravidão.

A estrutura prisional de Ilha Grande se consolidou de vez durante o governo Vargas, quando a colônia penal foi reformada e renomeada como Instituto Penal Cândido Mendes. Se antes o foco era o trabalho forçado, agora o objetivo era disciplinar, torturar e neutralizar dissidências. O presídio recebeu criminosos comuns e também prisioneiros “políticos”, tornando-se um dos locais mais temidos do país. Entre os que passaram por suas celas estavam Graciliano Ramos, detido em 1936 por meses sem saber o motivo da prisão,

sendo associado a iniciativas de esquerda como o Levante Comunista do ano anterior. Sua experiência foi transformada no livro *Memórias do Cárcere*, um impactante relato sobre o sistema repressivo brasileiro.

Já Madame Satã, negro, homossexual, capoeirista e artista performático, era o tipo de indivíduo que o Brasil gosta(va) de aprisionar sem precisar de grandes justificativas. Preso repetidas vezes sob acusações que iam de desacato a homicídio, ele construiu dentro do presídio uma reputação temida e respeitada, consolidando sua lenda como alguém que jamais se curvou ao poder.

Nas décadas de 1960 e 1970, a repressão se intensificou com a Ditadura Militar, e Ilha Grande passou a abrigar militantes de esquerda, sindicalistas e qualquer um que o regime considerasse subversivo. A prisão era um microcosmo do Brasil autoritário, onde a violência era política de Estado. Nesse contexto, o presídio foi palco da formação do Comando Vermelho, uma organização criminosa que nasceu da convivência forçada entre presos “políticos” e “comuns”. O Estado, ao misturar esses prisioneiros, confirmou a máxima de que toda detenção é política, e produziu um efeito inesperado: ensinou os criminosos “comuns” a se organizarem coletivamente com maior eficácia, o que resultaria na criação de uma das facções mais poderosas do país.

Em 1994, o Instituto Penal Cândido Mendes foi oficialmente desativado, encerrando um ciclo de mais de um século de aprisionamento sistemático na Ilha Grande. No entanto, o fechamento da prisão não apagou sua história, nem impediu que sua lógica continuasse viva em outros lugares. O Brasil, que já havia aperfeiçoado o uso do encarceramento como ferramenta de segregação racial e social, apenas transferiu essa expertise para outras prisões superlotadas do sistema penitenciário nacional.

Hoje, turistas percorrem as ruínas do presídio sem saber que pisam em um território marcado pela brutalidade. O turismo transformou Ilha Grande em um destino paradisíaco, ignorando que suas paisagens foram cenário de sofrimento e resistência. As celas vazias, agora apenas um ponto curioso de visitação, já abrigaram corpos castigados pelo Estado e histórias que a memória oficial prefere não contar.

O Brasil desde então é um dos países com maior população carcerária do mundo, onde 67% dos presos são negros. O encarceramento em massa tornou-se a resposta preferida para problemas estruturais nascidos antes da abolição, e mesmo assim a ilusão da “reabilitação pelo trabalho” continua sendo vendida como solução. Enquanto isso, as elites seguem intocáveis, e os crimes do poder seguem impunes.

"Há longos anos são os calhambolas o terror da população do interior.

Formando quilombos diferentes,
percorrem os engenhos que querem,

penetram algumas vezes disfarçados nas cidades,
roubam, fazem quantas violências entendem.

JANEIRO



**João Mulungu e os
quilombos volantes**

Agora tenho a satisfação de dizer a V. Ex. que considero extintos os quilombos. O mais forte elemento da resistência, o calhambola João Mulungu, de quem geralmente mais se receava, e todos dizem ser o mais audaz, o chefe dos escravos fugidos, foi capturado no dia 13 de janeiro corrente."

(chefe de polícia da Província de Sergipe Del Rey, 1876)

D

S

T

Q

Q

S

S

DIAS DE LIBERDADE,
NÃO MISERICÓRDIA

4

INSURREIÇÃO
DE HAUSSÁS
E NAGÔS EM
SALVADOR
(BA, 1809)

5

6

TOMADA DE
BELÉM PELOS
CABANOS E
ASSASSINATO
DO PRESIDENTE
(PA, 1835)

7

ATAQUE
TUPINAMBÁ À
CIDADE DE
BELÉM,
RECÉM-FUNDADA
(PA, 1619)

8

9

COMBATE ENTRE
BANDEIRANTES
PAULISTAS E
A RESISTÊNCIA
GUARANI EM
CAÁPA-MINÍ
(RS, 1639)

10

11

ATAQUE DE
INDÍGENAS
ALDEADOS A
UM ENGENHO
EM ITABORAÍ
(RJ, 1675)

12

13

LEVANTE
TUPINAMBÁ
CONTRA O
FORTE DO
PRESEPIO,
EM BELÉM
(PA, 1618)

14

DIVERSOS
CANAVIAIS SÃO
INCENDIADOS
POR
ABOLICIONISTAS
ENTRE A PENHA
E GUARULHOS
(SP, 1887)

15

16

17

EXPEDIÇÃO
HOLANDESA
CONTRA
PALMARES
(1644)

18

19

ÚLTIMA
BATALHA DE
JOÃO MULUNGU
POR SUA
LIBERDADE
(1876)

20

BATALHAS ENTRE
PORTUGUESES E
TAMOIOS NO RIO DE
JANEIRO FEREM
MORTALMENTE O
CAPITÃO-MOR
ESTÁCIO DE SÁ,
FUNDADOR DA
CIDADE (RJ, 1567)

21

22

23

24

LEVANTE DOS
MALÊS, EM
SALVADOR
(BA, 1835)

25

26

FELIPA DE SOUZA
É PUNIDA COM
AÇOITES E
HUMILHAÇÕES
PÚBLICAS PELO
TRIBUNAL DA
INQUISIÇÃO EM
SALVADOR POR
SER LÉSBICA
(BA, 1592)

27

OS JANGADEIROS
DO CEARÁ SE
RECUSAM A
COLABORAR COM A
ESCRavidÃO (1881)

28

29

30

31

Em janeiro de 1876, o chefe de polícia de Sergipe tinha “a satisfação de dizer” ao presidente da província que considerava “extintos os quilombos” de sua jurisdição, afinal o audaz chefe dos quilombolas, João Mulungu, havia sido capturado. Poderia ter sido assim, caso o mundo fosse do tamanho da mente de um chefe de polícia típico, que quando onde vê poder só enxerga comando e que quando olha para uma luta social está em busca de cabeças para esmagar.

Se cada liderança morta ou capturada tivesse significado o fim dos quilombos, eles não teriam sido onipresentes nas regiões de grandes plantações escravistas das Américas nos mais de três séculos de cativeiro. O fim do Palmares foi diversas vezes anunciado, antes mesmo de Zumbi nascer. Mas os quilombos não foram quase nunca grandes reinos como foi Palmares por algum tempo. Com muito mais frequência, eram pequenas coletividades em movimento, construindo sua liberdade a cada dia, com os meios, as estratégias e as alianças possíveis.

Assim era no Vale do Rio Cotinguiba, em Sergipe, área plana, fértil e bem abastecida de água, condições ideais para a produção agrícola escravista e seu escoamento para o Atlântico. Concentrava então mais da metade da produção açucareira da província e uma grande proporção dos escravizados. Foi o cenário onde viveu um dos mais conhecidos quilombolas da história do Brasil, João Mulungu.

Respeitado no Cotinguiba, de ponta a ponta, Mulungu tem sua fama atestada pelos documentos históricos que descrevem o tamanho da mobilização das forças escravistas para dominar a política local e combater os “calhambolas”, de quem ele seria o “cabeça”. Lembrado de geração em geração, rememorado como herói, enseja a velha intersecção entre história e mito. Ainda que seus feitos sejam de grande valentia, astúcia, disposição para o que viesse, Mulungu era cria de seu tempo e lugar, nunca agia solitariamente e também sofreu reveses — como em todo épico. Sua condição heróica na memória de lutas do Brasil em muito se deve à articulação do Movimento Negro no declínio da Ditadura fardada, quando, por exemplo, Severo D’Acelino, ativista, poeta e dramaturgo sergipano trabalhou com o resgate e valorização da vida de Mulungu, que foi da difusão nos meios da imprensa alternativa ao reconhecimento oficial. Foi assim que se tornou parte do calendário sergipano e sinônimo de consciência negra, comemorado em todo 19 de janeiro.

Segundo o historiador Igor Fonsêca Oliveira, foi para servir em uma das fazendas de cana que Maria, mãe de João, fora escravizada. Quando foi posteriormente vendida para o engenho Quindongá, em Divina Pastora, sua irmã permaneceu no engenho Piedade e João, com apenas dez anos, foi deslocado para o Engenho Mulungu, ambos no município de Laranjeiras.

A herança dos senhores deste engenho indica que se tratava de um empreendimento de pequeno porte, contando com não mais do que vinte pessoas escravizadas.

A separação familiar, muito comum nas trajetórias dessas pessoas no Brasil, não será, nesse contexto, uma ruptura de laços definitiva. O cativeiro não era eterno, assim como também não se “fechava em si”, e os contatos entre pessoas escravizadas, livres e libertas para além das cercas dos engenhos, próximos entre si, eram constantes. O mesmo pode ser dito acerca dos quilombos. João Mulungu chegou a eles após anos de trabalhos e castigos nas plantações, quando fugiu rumo às matas sergipanas e começou a se tornar o “mais audaz” dos quilombolas da região. Lá ele não estava sozinho e, com companheiros dentro e fora das senzalas, resistiu por quase uma década.

Nas matas do Cotinguiba, de rancho em rancho, os *quilombos volantes* de Sergipe foram a dor de cabeça escravocrata. Arregimentando membros de diversos engenhos da região, cooperando com pessoas nas senzalas, coletando informações aqui e acolá sobre os movimentos das forças inimigas, a resistência em Sergipe Del Rey despistou diversas expedições de captura e destruição sem a necessidade de trocar um tiro. No ano de 1871, um cerco chefiado pelo Tenente Jeremias não pôde encontrar mais do que rastros de acampamentos nas matas do Engenho de São José.

Os fugitivos podiam ser inclusive acobertados por parte do senhorio local. Essa aparente “traição de classe” - um escravista abrigando aquilombados - era comum. Essas esporádicas alianças informais podem ser explicadas pelo fato de que o fugitivo poderia servir como mão de obra temporária em épocas de colheita, por exemplo, ou vender itens roubados de outras fazendas, aguçando a competitividade local.

Mais importantes ainda eram os pontos de apoio dessa larga rede encoberta pelos matagais. Aquilombados se relacionavam continuamente com a senzala nos engenhos de açúcar, o que lhe garantia algum nível de infiltração, informações, objetos receptados e certamente amizades e amores. Muitos detalhes da experiência quilombola do Sergipe dos anos 1870 podem ser compreendidos através de autos judiciais contra pessoas capturadas, que descreviam o tamanho dos quilombos e os/as parceiros/as nas empreitadas.

No Cotinguiaba, expedições da polícia resultaram na captura de alguns indivíduos. Com a conhecida tecnologia de interrogatórios



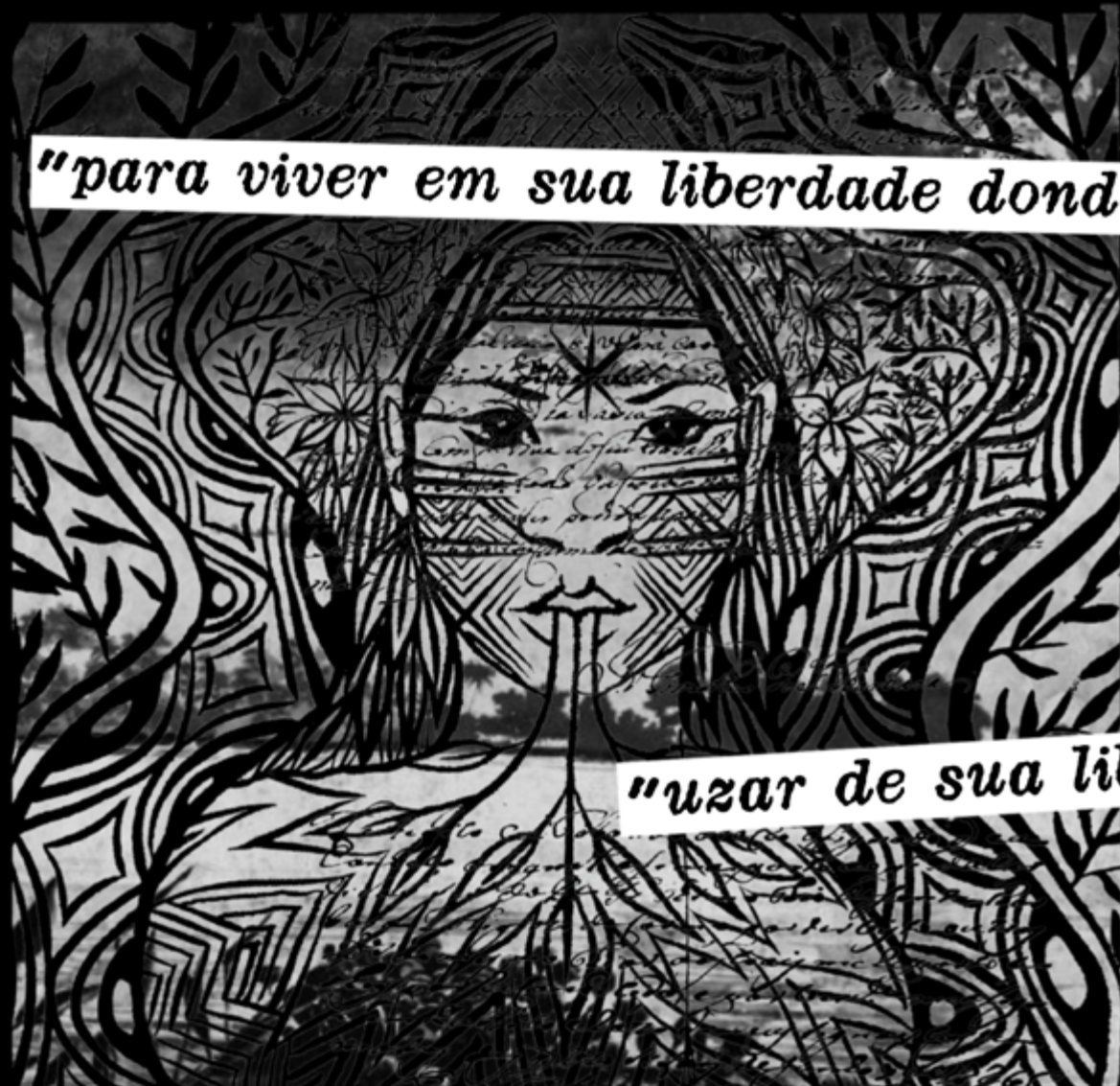
Pode ter 25 anos mais ou menos, é crioulo, de estatura regular, e como bem qualificaram, um pouco ladino e insinuante, resignado hoje com a sua sorte, preferindo contudo ser enforcado na praça pública a voltar para a casa de seu senhor.

do velho Estado brasileiro, a teia do quilombo volante da zona da mata sergipana se desvelou em nomes, lugares e práticas. No depoimento da aprisionada Limôa, em 1871, João Mulungu foi considerado chefe, Bacurau, seu principal aliado; além de 15 homens e 4 mulheres de diversos engenhos da região. Mais sorte teve quem não foi identificado. Por muitos anos os quilombos volantes de Sergipe Del-Rey seguiram na ativa. Quem não é visto não é lembrado.

“Será o movimento a salvação dos quilombolas”, dizia Clóvis Moura em sua obra *Rebeliões da Senzala*. Os quilombos de Sergipe Del Rey foram grande exemplo dessa lei particular da guerra contra a escravidão. Ainda que a “territorialização” seja fundamental para a vida de comunidades quilombolas no Brasil ainda hoje (e daí a necessidade das demarcações e retomadas), o movimento garantia vantagem contra inimigos de força bélica muito mais poderosa, como no caso dos escravistas brasileiros que detinham a violência de direito e das armas.

A prisão de João Mulungu era a captura do “cabeça” que a própria repressão ajudou a tornar

mito, ao travar uma longa guerra aos quilombos em nome do fim da audácia de seu chefe. Mas ao contrário do que informa a imaginação limitada de um milico típico, a luta social não é composta de cabeça, corpo e membros. Ela é feita de confiança, coragem, humor, astúcia e firmeza, que por serem partilhadas, agem de longe, do fundo dos tempos.



"para viver em sua liberdade donde

"uzar de sua li

e quizer"

berdade"

"viver donde quizer"

FEVEREIRO

cativas litigantes

D

S

T

Q

Q

S

S

1

EXPEDIÇÃO
CONTRA A
RESISTÊNCIA
DOS QUILOMBOS
DE CAMPOS DOS
GOITACASES
(RJ, 1792)

2

CONQUISTA DA
LIBERDADE POR
INÊS, PE DRO E
GERMANA,
INDÍGENAS
ILEGALMENTE
ESCRAVIZADOS DA
AMAZÔNIA (1729)

3

4

5

6

CONSPIRAÇÃO
MINA-NAGÔ EM
PELOTAS,
FRONTEIRA SUL
DO BRASIL (1848)

7

BATALHA ENTRE
GUARANIS E
ESPANHÓIS NO
CAIBOATÊ,
RESULTAM NA
MORTE DE SEPÊ
TIARAJU
(RS, 1756)

8

FRACASSA
TOTALMENTE
UMA GRANDE
EXPEDIÇÃO
CONTRA OS
QUILOMBOS DE
SERGIPE (1872)

9

10

11

12

INSURREIÇÃO
HAUSSÁ EM SANTO
AMARO E SÃO
FRANCISCO DO
CONDE (BA, 1816)

13

14

15

16

17

18

CONSPIRAÇÃO
HAUSSÁ EM
CACHOEIRA
(BA, 1813)

19

20

REVOLTA
TUPINAMBÁ
CONTRA A
COLONIZAÇÃO
PORTUGUESA
NA BAÍA DE
GUANABARA
(RJ, 1564)

21

22

23

ATAQUE GUARANI
À TRINCHEIRA
PORTUGUESA DO
RIO PARDO, NO
CONTEXTO DAS
GUERRAS
GUARANÍTICAS
(RS, 1754)

24

25

TENTATIVA DE
LEVANTE DE
ESCRAVIZADOS EM
SERGIPE (1809)

26

27

28

INSURREIÇÃO
HAUSSÁ EM
SALVADOR
(BA, 1814)

DIAS DE LIBERDADE,
NÃO MISERICÓRDIA

A história dos povos indígenas no Brasil é marcada pela constante ameaça de escravização e exploração do trabalho. Mesmo em períodos em que a legislação proibiu formalmente a escravidão, como no caso da Lei de Liberdade dos Índios de 1755, o cotidiano das pessoas indígenas permaneceu repleto de tentativas de subjugação, trabalho forçado e resistência ativa. Mas, se a letra da lei, quando não era morta, servia para garantir a propriedade dos senhores, também é verdade que, contrariando as expectativas, muitas indígenas se utilizaram desse mesmo conjunto de leis para reivindicar sua liberdade e construir estratégias de sobrevivência.

O caso de Inês, Pedro e Germana é emblemático para compreender as complexidades da escravização indígena na Amazônia colonial e os elos que ligavam essas personagens na busca por liberdade. Inês, uma indígena aldeada na Missão de Nossa Senhora do Carmo de Urucumirim, enfrentava uma realidade marcada pela perda. Viúva, com um irmão mais novo sob sua responsabilidade, decidiu fugir quando percebeu que a missão, sob o controle de missionários como Frei Timóteo, não oferecia segurança nem proteção. Essa fuga representava não apenas uma tentativa de se libertar fisicamente, mas também de romper com um sistema que a reduzia a uma peça na engrenagem colonial.

A trajetória de Pedro, irmão de Inês, se desdobra paralelamente. Após serem separados, ele foi levado por um religioso secular para então ser

submetido a trabalho compulsório. Pedro, como muitas crianças indígenas, tornou-se objeto de disputa entre religiosos, colonos e autoridades, sendo frequentemente transferido de uma casa para outra, enquanto esperava reencontrar os seus. Já Germana, entregue a Frei Timóteo ainda criança, experimentou uma infância marcada pela exploração. Cresceu sob rígidas regras missionárias que mascaravam sua condição de cativa. Sua convivência com Pedro e, posteriormente, o encontro com Inês, fortaleceu o elo que os uniu na busca por liberdade. Esse laço foi cristalizado pela denúncia judicial que moveram através da agência de Inês contra Frei Timóteo e o convento dos carmelitas. Como nos conta Luma Prado, foi justamente por meio dessa ação judicial que seus fragmentos de vida chegaram até nós, revelando uma narrativa de coragem, solidariedade e busca de justiça.

Embora o sistema colonial fosse amplamente estruturado para garantir o direito dos senhores de escravizar, algumas pessoas indígenas encontraram nos tribunais uma forma de resistência institucional. No contexto da Amazônia portuguesa, muitas recorreram ao sistema jurídico para denunciar cativos ilegais e reivindicar sua liberdade, contrapondo direito natural, paternalismo imperial e estrutura jurídica colonial. Esses processos eram cuidadosamente elaborados, frequentemente respaldados por procuradores que defendiam o que poderiam ser as causas indígenas da época.

As demandas por liberdade apresentavam evidências de cativos ilegais e exploravam as brechas nas leis coloniais, obrigando os tribunais a debater e por vezes reconhecer a ilegalidade da escravização. Assim como no caso de populações negras livres que lutavam para provar sua liberdade, como vemos nos processos movidos por Luiz Gama **[agosto]** esses processos eram exceções. A maioria das pessoas escravizadas não tinha acesso à justiça, pois era o próprio Estado que assegurava a continuidade do sistema escravista.

Mesmo quando a escravidão indígena foi proibida, o trabalho compulsório permaneceu como uma constante na vida dos povos originários. Durante o século XVIII, as reformas pombalinas mantiveram a obrigatoriedade do trabalho dos aldeados em obras públicas e para os interesses coloniais. O Diretório dos Índios (1757), que prometia integrar os indígenas como vassalos do Rei, reforçou na prática a tutela sobre eles, submetendo-os ao controle de diretores de aldeias. Esses diretores frequentemente se aproveitavam de sua posição para enriquecimento pessoal e exploração brutal dos trabalhadores.

O Estado, que pagava de garantidor da liberdade indígena, muitas vezes era o principal responsável por práticas de trabalho forçado. Após a Cabanagem (1835-1840), por exemplo, foi criado o Corpo de Trabalhadores, uma instituição destinada a recrutar compulsoriamente

indígenas e caboclos para obras estatais sob o argumento de disciplinarização de “vadios”, mas que exercia mesmo repressão política e espoliação. Essas formas de trabalho compulsório intensificaram-se no século XIX, ampliando a repressão e controle sobre populações indígenas e tradicionais, agora sob o discurso de progresso e modernização.

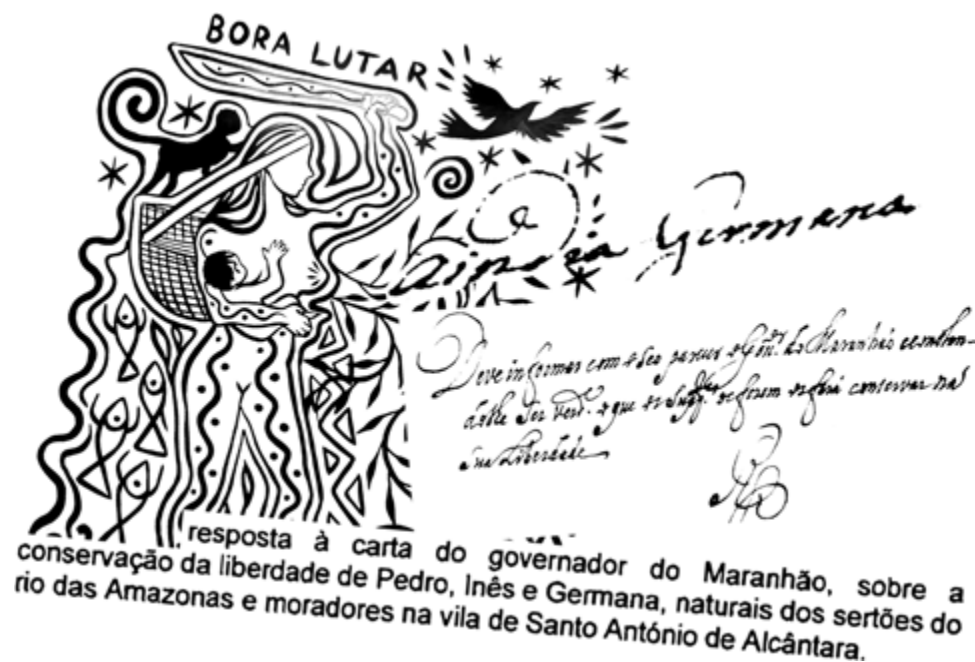
Além das obras públicas, os indígenas eram frequentemente recrutados para atividades econômicas em expansão, como a exploração da borracha e do cacau na Amazônia. Muitas dessas atividades se assemelhavam ao trabalho escravo, com condições desumanas, dívidas impagáveis e uma vigilância constante que impossibilitava a fuga. O século XIX trouxe uma ampliação do aparato estatal e a criação de novas instituições que reforçavam a criminalização de indígenas e a transformação do trabalho compulsório em uma política regular.

A luta pela liberdade indígena não se restringiu aos tribunais. As fugas em massa, as insurgências e os protestos cotidianos nas aldeias foram formas igualmente importantes de resistência. Indígenas confrontaram padres, colonos e diretores de aldeias, denunciando abusos e reivindicando seus direitos. Como o fez João Batista da Costa, líder indígena que, em 1779, denunciou as injustiças cometidas pelos diretores da vila de São José d’El Rei, demonstrando como a resistência indígena estava profundamente ancorada na busca por justiça e autonomia.

João Batista apresentou um requerimento ao Rei em Lisboa, solicitando a extinção do cargo de diretor de aldeia devido aos abusos e injustiças sofridos por ele e sua comunidade. Entre as denúncias estavam a exploração de madeira para lucro pessoal do diretor, castigos corporais aplicados aos que se recusavam a trabalhar e o desvio de recursos da aldeia. Ao questionar a competência das autoridades coloniais e a própria estrutura administrativa, João Batista revelou a consciência política e jurídica de muitos indígenas que, mesmo com adversidades, recusavam-se a ser silenciados.

As histórias de Inês, Pedro, Germana e João Batista, assim como as de tantas outras pessoas indígenas que lutaram por sua liberdade, mostram como o que chamamos resistência era uma prática cotidiana, multifacetada e profundamente consciente. Sua luta pela liberdade mostra também que o trabalho compulsório foi, ao longo do período colonial e imperial, uma ferramenta central de espoliação, controle e repressão. Mais do que uma forma de garantir a subsistência colonial, o trabalho forçado funcionava como uma extensão do

cativeiro, submetendo corpos e vidas a uma lógica de exploração contínua, mesmo em momentos em que a legislação prometia liberdade. O recurso aos tribunais permitiu a alguns indígenas expor as contradições do sistema e construir fragmentos de memória e resistência que hoje nos alcançam, revelando um desejo profundo por liberdade. Essa liberdade, no entanto, estava diretamente associada à recusa do trabalho compulsório, à rejeição do controle de seus corpos e ao direito de dispor livremente de suas vidas — uma luta que ecoa até hoje, em um país onde o trabalho segue sendo, para muitos, instrumento de subordinação e exploração.



Bibliografia

- ADONIAS, Isa. NUNES, José M. de Souza. Real Forte Príncipe da Beira : um estudo / de ; cartografia e iconografia. Fundação Odebrecht: Salvador, 1985.
- ALMEIDA, G. R.; LIMA, R. G.; AMARAL, A. L. C. Ecomuseu Ilha Grande: ecologia de saberes.
- BARROSO, Lourismar da Silva. Real Forte Príncipe da Beira. ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783). 2015. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2015.
- BLOG “Indígenas na história: sempre obrigados ao trabalho”. Anpuh.
- BORELLI, Silvia Helena Simões. Os Kaingang no estado de São Paulo : constantes históricas e violência deliberada. In: MONTEIRO, John Manuel et al (Orgs.). Índios no estado de São Paulo: resistência e transfiguração. São Paulo : Yankatu ; CPI, 1984. p. 45-82.
- BRASIL. Carta Régia de 5 de novembro de 1808.
- CASTRO, Isis Pimentel de; JUNQUEIRA, Júlia Ribeiro. Baquaqua, protagonista da liberdade: os usos de autobiografia no ensino de história. História & Ensino, v. 27, n. 2, p. 1-22, 2022.
- CARVALHO, M. J. M. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850). São Paulo: Editora Unesp, 2023.
- COSTA, V. G.; GOMES, F. Religiões negras no Brasil: da escravidão à pós-emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- COSTA, G. V. L. O Aventureiro, Ilha Grande-RJ: uma análise de mudança social. 2008.
- COSTA, Eliane de Jesus; SOARES, Valter Guimarães. Lucas da Feira e os Demônios da Representação. Revista de História e Cultura Afro-Brasileira, Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2020.
- CRÉQUI-MONTFORT, G. de ; RIVET, P. Linguistique bolivienne. La famille linguistique Čapakura. Journal de la Société des Américanistes, v. 10, n. 1, p. 119-171, 1913.
- DAVIES, J. The life and story of Rosa Maria: Brazil's first black author. University of Bristol, 2019.
- DINIZ, M. A. Rosa Egipcíaca - de santa a charlatã: análise da vida de uma escrava no século XVIII. Universidade Estadual de Goiás, 2021.
- FANON, Frantz. Os condenados da terra. Tradução de Josely Vianna Baptista. 6. ed. São Paulo: Ubu, 2022.
- FERREIRA, Jerusa Pires. Da Bahia a São Paulo – Luiz Gama, o nosso valoroso “Orfeu de Carapinha”. Revista USP, São Paulo, n. 56, p. 100–115, 2003.
- FOGLEMAN, A. S.; HANSERD, R. Entry Nr. 023 Rosa Egipcíaca. Northern Illinois University, 2020.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. São Paulo: FBSP, 2022.
- GILROY, Paul. Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. 2ª ed. São Paulo: 34, 2012.
- GOMES, F.; COSTA, V. G. Festejos da Abolição em Campinas: resistência e memória negra. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- GOMES, J. D. M. Mocambos na Amazônia: História e identidade étnico-racial do Arari, Parintins/Amazonas. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2017.
- GUARDACHENSKI, A. P. História e literatura: Rosa Maria Egipcíaca da Vera Cruz (re)escrita no romance histórico contemporâneo. Revista de Estudos Literários da UEPG, v. 18, n. 1, 2022.
- JESUS, Marcos Túlio Pereira de. A autobiografia do ex-escravizado Mahommah Gardo Baquaqua: vozes e dialogismo. 2022. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2022.
- KENNEDY, James H. Luiz Gama: Pioneer of Abolition in Brazil. The Journal of Negro History, v. 59, n. 1, p. 34-50, 1974.
- LARA, Silvia H. A biografia de Mahommah Gardo Baquaqua e o ensino da escravidão no Brasil. São Paulo: USP, 2011.
- LEMOS BRITTO, F.; PINHEIRO, U. Rosa Egipcíaca and Estamira: Two Thinkers in a Colonial Society. In: LAGOS, M. (Ed.). Black Women Thinkers: Philosophy, Resistance, and Liberation. Springer, 2023. p. 275-290.

- LIMA, André Nicacio. *Rusga: participação política, debate público e mobilizações armadas na periferia do Império (província de Mato Grosso, 1821-834)*. 2016. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- LIMA, Edneia Xavier de. *Biografia no ensino de história: trajetória de Mahommah Gardo Baquaqua no estudo da diáspora africana*. 2022. 155 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2022.
- LOPES, B. S.; PINHEIRO, U. *Roza Egípcia. Mulheres na Filosofia*, Universidade Estadual de Campinas, 2024.
- Luiz Gama and the Limits of Liberalism in Brazil. *The Journal of Negro History*, v. 62, n. 2, p. 104-116, 1977.
- MACHADO, A. R. A. *Bembé do Largo do Mercado: memórias do 13 de maio*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009.
- MEIRELES, Denise M. *Guardiães da Fronteira*. Rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989.
- MOLINA, Diego A. *Luiz Gama: A vida como prova inconcussa da história*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 243-263, 2018.
- MORAIS, Jaime Magalhães; DIAS, José Alves. *De Legados Culturais à Luz de Tramas Envolvendo Lucas da Feira (1822-1850)*. *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 1, 2021.
- MONTEIRO, John Manuel et al (Orgs.). *Os Kaingang no estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada*. In: *Índios no estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankatu ; CPI, 1984. p. 45-82.
- MOTA, Lúcio Tadeu. *As Guerras dos Índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná*. 2ª ed. Maringá: EDUEM, 2009.
- MOTA, Luiz Gustavo Ramaglia. *Luiz Gama: Direito e resistência no Brasil escravista*. Universidade de São Paulo, 2022.
- MOORE, Samuel. *An Interesting Narrative: Biography of Mahommah Gardo Baquaqua, a Native of Zoogoo, in the Interior of Africa*. Detroit: Printed by G. E. Pomeroy & Company, 1854.
- OLIVEIRA, Igor F. *A comunidade quilombola volante do São José (Sergipe Del Rey, século XIX)*. *Topoi* (Rio J.). 2023. Vol. 24(54):829-853.
- OLIVEIRA, I. F. João Mulungu: “o mais audaz, o chefe dos escravos fugidos” de Sergipe Del Rey. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 66, p. 240–272, 2022. DOI: 10.9771/aa.v0i66.46359.
- OLIVEIRA, Rafael Domingos. *Aprendizado da violência e cultura de resistência: memórias do tráfico atlântico de africanos (séculos XVIII e XIX)*. *História Social*, v. 15, n. 2, p. 145-172, 2022.
- OTSUKA, Alexandre Ferro. *Antonio Bento: discurso e prática abolicionista na São Paulo da década de 1880*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- PRADO, Luma Ribeiro. *Cativos litigantes: demandas indígenas por liberdade na Amazônia portuguesa, 1706-1759*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- PINTO, Andrey Soares. *Vozes em uma biografia: o caso do ex-escravo M.G. Baquaqua*. *Revista Brasileira de História*, v. 40, n. 1, p. 238-266, 2020.
- RAMAGLIA MOTA, Luiz Gustavo. *Entre o crime de insurreição e o direito à resistência: o abolicionismo radical de Luiz Gama*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. São Paulo: Editora Record, 1953.
- REIS, João José. “Nos achamos em campo a tratar da liberdade”: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo, Editora SENAC. pp. 241-263.
- REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780 - 1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ROCHA, Letícia. *Luiza Mahin, Mãe, Mulher, Rebelde e Libertária*. *Revista Mosaico*, PUC Goiás, v. 12, n. 1, p. 45-60, 2023.
- SANTOS, J. A. *Por uma abolição a contrapelo: trabalho, cotidiano e resistência da população negra em Maceió (1879–1897)*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2023.

- SANTOS, Igor Gomes. A Horda Heterogênea: Crime e Criminalização de “Comunidades Volantes” na Formação da Nação, Bahia (1822-1853). Universidade Federal da Bahia, 2020.
- SANTOS, M. S. Lazareto da Ilha Grande: isolamento, aprisionamento e vigilância nas áreas de saúde e política (1884-1942). História, Ciências, Saúde - Manguinhos, 2007.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Luiz Gama: Uma história de resistência jurídica. Revista USP, São Paulo, 2010.
- SILVA, Fabiana Santos da. Escravizado, mas não subjugado: a autobiografia de Mahommah Gardo Baquaqua. Cadernos de Pesquisa em História, v. 19, n. 3, p. 52-68, 2022.
- SOUZA, M. F. Questão racial no sistema prisional: análise histórica da condição de subalternidade da população negra. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.
- UNESCO. História geral da África: volume 4 - A era do colonialismo imperialista / História geral da África: volume 5 - A luta contra o colonialismo e a resistência à ocupação. Paris: UNESCO, 1992.
- VALLEJO, L. R. Ilha Grande (RJ): território(s) de interesse e conflitos.
- VELLOZO, Pierangelo; ALMEIDA, Luiz Felipe de. Saberei ensinar aos desgraçados a vereda do desespero: Entre o crime de insurreição e o direito à resistência – O abolicionismo radical de Luiz Gama. Revista Brasileira de História, v. 40, n. 80, p. 239–266, 2020.

Ficha catalográfica

elaborada pelas autoras

H673 História da Disputa: Disputa da História, pseud.

Calendário Insurrecional 2025: em campo a tratar da liberdade / História da Disputa: Disputa da História (pseud.) – 1ª edição – São Paulo: HDistro, 2025. 58 páginas.

ISBN: 978-65-997267-3-6

1. História do Brasil; 2. Revoltas e revoluções; 3. Abolição; 4. Império. 5. República; 6. Escravidão. I. Título.

CDD 981.04



Não a opressão no sistema
Direitos iguais para Todos
Não vão nos calar



PRESO NÃO É
MERCADORIA

TODA PRISÃO É UMA
PRISÃO POLÍTICA

FRENTE ESTA
DESENCARCAR

TODA PRISÃO É UMA
PRISÃO POLÍTICA

AMPARAR
POR UM MUNDO SEM
CÁRCERES

PRESO TEM FAMÍLIA

DESENCARCAR JÁ!
RESSOCIALIZAÇÃO É O CAMINHO!
MELHORES CONDIÇÕES CARCERÁRIAS A SOCIEDADE
SO TEM A DANÇAR

O CAMINHO PARA PAZ SOCIAL É O FIM DAS OPRESSÕES
SIM, TEMOS DIREITO DE PROTESTAR JÁ QUE NÃO
NÓS DÃO O DIREITO DE DIALOGAR

MÃES DO SOCIOEDUCATIVO
"RESSOCIALIZAR" E NÃO GARANTIR SUAS VIDAS
É VIOLAR DIREITOS!

UMANIZZARE
ASSASSINA

FOGO NA BOMBA
ABAIXO AS PRISÕES

Visita já
notícia já
Richardson XI AMO

RESPEITO e DIGNIDADE
DENTRO DAS UNIDADES PRISIONAIS
do DF e ENTORNO

VISITAS DE
15 EM 15

LIBERAÇÃO DE VISITAS
AS FAMÍLIAS GRITAM POR SOCORRO
É DIREITO DOS DETENTOS E DEVER DO ESTADO
JÁ

LUTO
Pela JUSTIÇA
MORTES!

AS PRESAS
IMPORTAM
TODOS CONTRA OPRESSÃO

QUEREMOS
O MÍNIMO SAÚDE
ALIMENTAÇÃO
E HIGIENE

PRESO TEM FAMÍLIA
TA SEM VISITA
MÁS NÃO TA
ESQUECIDA

GOVERNADOR
CARLOS MURIEL
15 AJUDE III
JERI MURIEL

NÃO A
OPRESSÃO
NO SISTEMA

PRESO É
POLÍTICO

VOU LUTAR POR VC MEU FILHO
AMADO ATÉ O FIM DA VIDA, QUERE
ENDO O DIREITO DE VISITAR
FILHOS. A

Abaixo a
tortura psicológica
nos Presídios

LA POLICIA EN CARTAGENA ES
PARA LA JUVENTUD NEGRA Y LAS TRANS

MEMÓRIA
LIBERDADE

CARANDIRU 25 ANOS
DEMOCRACIA DE MASSACRES

Kujituka, v. intr. Estar solto, desligado, libertado: ng'ajituka bu ki-
ngenge. | Vêr-se livre.

silê livre

MI-AUÇUB'-EYMA. Adjetivo: liberto, forro, livre

Murinda, adj. e sub. (I) Aquele que pode dispôr de si; livre | Mo-
rador; habitante de uma região ou
lugar | Vassalo que não podia ser
vendido.

òminira independência; liberdade.

Kusangamanesa, v. tr. Fazer
desembaraçar, desimpedir. | Tornar
livre.

Kusuluka, v. intr. Estar despa-
chado, ficar livre. | Estar absolto. |
Sair (da opressão). | Ter baixa (de
serviço). | sub Absolvição | Despa-

Kujituna, v. tr. Soltar; despen-
der: - *hombu bu mukolo*. | Desemba-
raçar, pôr em liberdade. | Kurijitu-
na, v. r. Soltar-se; desprender-se.

PYÇY-RÕ. Verbo transitivo: ¹livrar, salvar (de inimigo), li-
bertar, socorrer a. ²Apossar-se, reservar, assenhorear-
se. ³Escolher.

Kukûla, v. tr. Resgatar; libertar;
remir: - *mubika*. | Despotecar; deso-
brigar; tornar livre. | Pagar; qui-
tar: - *rikongo*. || v. intr. Olvidar
uma acção má por outra boa: - *mu-
lônga*. | Fazer penitência. || sub.
Redenção; resgate; remissão || Ku-
rikula, v. r. Pagar o resgate para se
livrar do cativeiro. | Reh. bilitar-se;
penitenciar-se: - *mu fluxi*. | Quitar-
se; remir-se.

Fôlo, adj. (IX) port. Que teve al-
forria | Fôrro: - *mbemba, mubik'a
mundele riabu* | Liberto | Que tem
liberdade. || sub. O que serve para
forrar | Revestimento.

POTÁ-ÇAB-O-Ê. Advérbio: de livre vontade.

Kuxitunuka, v. intr. Ficar deso-
bstruido, livre (para deixar passar
ou circular): *matul m'axitunuka* ||
sub. Desobstrução; desimpedi-
mento.

Kususula, v. tr. Desobrigar; ab-
solver; remir. | Desligar de compro-
missos; tornar livre. | É tb. r.

orê-àtinúwà espontaneidade; livre vontade.

E-MI-MOTAR'-IBO-Ê (T-). Advérbio: de livre vontade, livre-
mente.

A. B. de S. Paulo